

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
DEPARTAMENTO DE ARTE
CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

MARIANA DE SOUZA NERY

DIÁLOGOS JONGUEIROS

Uma proposta de reflexão conjunta em torno da Política de Salvaguarda do
Patrimônio Imaterial no Jongo de Pinheiral/ RJ

NITERÓI
2014

MARIANA DE SOUZA NERY

DIÁLOGOS JONGUEIROS

Uma proposta de reflexão conjunta em torno da Política de Salvaguarda do
Patrimônio Imaterial no Jongo de Pinheiral/ RJ

Monografia, apresentada ao Curso de
Produção Cultural da Universidade Federal
Fluminense como requisito para obtenção do
título de bacharel em Produção Cultural

Orientadora: Prof. Dr^a Martha Campos Abreu

NITERÓI

2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

N456 Nery, Mariana de Souza.

Diálogos jongueiros: uma proposta de reflexão conjunta em torno da política de salvaguarda do patrimônio imaterial no Jongo de Pinheiral/RJ / Mariana de Souza Nery. – 2014.

100 f.

Orientadora: Martha Campos Abreu.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção Cultural) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2014.

Bibliografia: f. 84-90.


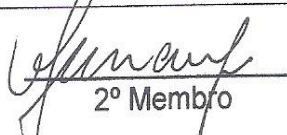
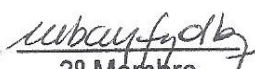
1. Patrimônio cultural. 2. Jongo (Dança); aspecto histórico.
3. Pinheiral (RJ). 4. Grupo Focal. I. Abreu, Martha Campos.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO	
Nome do Candidato: MARIANA DE SOUZA NERY	Matrícula: 020833057
Título do Trabalho: DIÁLOGOS JONGUEIROS- UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO CONJUNTA EM TORNO DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NO JONGO DE PINHEIRAL-RJ	
Orientador: Drª Martha Abreu	
Categoria: Monográfica	Data da Apresentação: 12.12.2014

BANCA EXAMINADORA
1º Membro (Presidente): Drª Martha Abreu
2º Membro: Drª Mônica Sacramento
3º Membro: Drª Marina Bay Frydberg

AVALIAÇÃO:		
Análise / Comentário		
<p>A banca elogia a qualidade do texto, a relevância do tema e a profundidade de pesquisa.</p> <p>Considerar ainda que a monografia de Mariana constitui uma valiosa contribuição para a avaliação das políticas públicas no campo do patrimônio cultural material.</p> <p>A banca recomenda, com ênfase, a continuidade do trabalho em nível de pós-graduação.</p>		
Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora):		
10,00 Dez		
ASSINATURAS		
 1º Membro (Presidente)	 2º Membro	 3º Membro

AGRADECIMENTOS

“*Não se faz jongo sozinho*”, dizem os jongueiros. Pois eu digo que, igualmente, não se faz uma monografia sozinha! Foram muitas as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho e que merecem os meus mais profundos e sinceros agradecimentos.

A Deus, sem cuja permissão nada se faz, agradeço por ter iluminado o meu caminho durante todos estes anos, por ter me oferecido a oportunidade de nascer, crescer, evoluir e conhecer todas as pessoas que citarei a seguir.

Aos meus guias espirituais pela proteção e inspiração de cada dia.

Aos meus pais pelo amor incondicional, pela preocupação, pelo incentivo e suporte em todos os dias, sobretudo naqueles mais difíceis.

Ao meu companheiro Rodrigo Rios pela parceria, pelo acalanto e palavras de conforto e encorajamento nos momentos de incerteza. De fato, tudo deu certo no final.

Aos meus amigos pela atenção e carinho com que acolheram meus sorrisos e lágrimas, especialmente minhas tão queridas amigas Lara Damasco e Anna Flora Wilhelm.

Às Doutoras Maria das Graças Pereira e Alessandra Assaf pelo acolhimento nos momentos de angústia e desespero.

À Luiza Carino, pela compreensão das minhas faltas no trabalho para o desenvolvimento desta pesquisa.

A minha orientadora Martha Abreu, pela presteza com que se colocou para me ajudar nesta reta final da graduação e pelo suporte no pouco tempo que lhe coube.

A minha mentora Mônica Sacramento, pela orientação, dedicação, paciência (e haja paciência!) e, principalmente, pela amizade durante toda essa caminhada.

A todos os jongueiros e jongueiras pelos saberes e valores compartilhados. Em especial agradeço aos jongueiros de Pinheiral (Fatinha, Gracinha, Meméia, João Paulo, Babi, Felipe, Dedê, Badauê, Seu Gonzaga, Cida, Neidinha, Seu Maurílio e João) pela generosidade e carinho com que acolheram a mim e a esta pesquisa.

Enfim, agradeço por cada um desses encontros que a vida me proporcionou, e que, definitivamente, mudaram a minha existência. Muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de refletir a respeito da recente Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial no Brasil, com foco no universo cultural do Jongo no Sudeste. O Jongo é uma manifestação cultural afro-brasileira praticada na região sudeste do Brasil, que no ano de 2005 recebeu o Título de Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN. Desde então passou a se inserir em um conjunto de iniciativas e ações promovidas pelo Estado com vistas a garantir sua transmissão e continuidade, salvaguardando-o para as novas gerações da nação brasileira. Por meio de um estudo de caso com o Jongo de Pinheiral/ RJ buscou-se refletir conjuntamente com os jongueiros e jongueiras sobre a política em questão, com o objetivo de identificar e compreender suas percepções, significados, expectativas e demandas. Para isso, apostou-se em uma metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa e participativa – O Grupo Focal, tendo como princípio orientador o diálogo e a interação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa.

Palavras-chaves: Patrimônio Cultural Imaterial; Salvaguarda; Jongo; Pinheiral; Grupo Focal

LISTA DE ABREVIATURAS

CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CREASF – Centro de Referência de Estudos Afro do Sul Fluminense

FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Minc – Ministério da Cultura

UFF – Universidade Federal Fluminense

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. PERCURSOS HISTÓRICOS, USOS E SENTIDOS DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL	12
1.1- Memória e esquecimento na trajetória da Política Patrimonial brasileira	14
1.2-Do esquecimento ao reconhecimento oficial – O Registro e a Salvaguarda do Jongo no Sudeste.....	31
2. “NAS MARGENS DO PARAÍBA EM PINHEIRAL MEU CAXAMBU RESPONDE” 44	
2.1 – Os caminhos que me levaram a Pinheiral – Considerações a respeito da metodologia de Pesquisa	44
2.2 – A Cidade e o Jongo de Pinheiral	47
3. TECENDO FONTES E CONSTRUINDO DIÁLOGOS EM TORNO DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA DO JONGO EM PINHEIRAL - A EXPERIÊNCIA DO GRUPO FOCAL	56
3.1 – A etapa de planejamento	56
3.2 – Relatos do desenvolvimento do grupo focal	58
3.3 – Percepções e perspectivas de Salvaguarda do Jongo no Sudeste	71
MAS AFINAL, O QUE MUDOU? – CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
ANEXOS	91

INTRODUÇÃO

*“Bota pó no coador, pra coar café
A cachaça ta no copo é pra tombar mulher
Fazenda tão pequenina, Terreiro sem fim
No meio de tanto Jongueiro o que será de mim?
Ô Ilêlêê, Ô Ilêlêê, Ô Ilêlêê, Ô Ilêlêê”*
(Mestre Cabiúna, Jongo de Pinheiral/ RJ)

O Jongo do Sudeste é uma manifestação cultural afro-brasileira que foi reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil no ano de 2005, através de sua inscrição no Livro de Formas e Expressões do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Com a concessão deste título, ficou instituída a obrigação pública de inventariar, documentar e apoiar a prática cultural do Jongo, a fim de garantir melhores condições para sua transmissão e continuidade.

Considerando a dinâmica própria das práticas culturais ditas imateriais, isto é, que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas pelos grupos sociais que as produzem e matam, o Estado adotou uma linha de ação de acompanhamento periódico da manifestação para avaliação de sua permanência, registro das transformações sofridas e pertinência da titulação a cada pelo menos dez anos.

Seguindo o ciclo desta política pública, no ano de 2015 o Jongo do Sudeste sofrerá seu primeiro processo de revisão e atualização de registro documental. Mas, passados dez anos desde sua patrimonialização, a pergunta que se faz é a seguinte: Afinal, o que mudou? Quais mudanças podem ser percebidas no contexto social e cultural do jongo? Ou ainda, quais melhorias e benefícios foram gerados para os jongueiros e jongueiras a partir da implementação desta política de salvaguarda?

Considerando, pois, o decênio do registro do Jongo no Sudeste como uma oportunidade de promover uma reflexão mais ampla a respeito da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, o presente trabalho tem como objetivo refletir conjuntamente com os jongueiros e jongueiras sobre a política em questão, por meio de um estudo de caso com o grupo Jongo de Pinheiral.

O interesse sobre estas questões é decorrente da minha trajetória acadêmica que esteve vinculada diretamente à salvaguarda do Jongo no Sudeste. Durante dois

anos e meio da minha graduação no curso de Produção Cultural atuei como bolsista no Programa de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Fluminense, o Pontão de Cultura do Jongu/ Caxambu. Neste período, tive o privilégio de ter acesso a uma série de informações sobre as dinâmicas próprias da salvaguarda do jongo e pude observar os desdobramentos do registro e o diálogo estabelecido entre as diferentes instâncias que participam deste processo, o que me rendeu vasta experiência, além de laços afetuosos.

Criado no ano de 2008, o Pontão de Cultura do Jongu/ Caxambu constitui o principal pólo articulador das políticas de salvaguarda que vem sendo implementadas pelo Estado brasileiro para o universo cultural em questão.

A Universidade Federal Fluminense - UFF é a Instituição gestora do Programa, e cumpre o importante papel de mediadora, responsável pela articulação entre o Estado, no caso o IPHAN, e os Jongueiros, os detentores dos saberes e práticas do jongo. As atividades desenvolvidas no âmbito do Pontão de Cultura do Jongu/ Caxambu visam promover o apoio e a consolidação das atividades de dezesseis comunidades e grupos de Jongu/ Caxambu da região sudeste, como forma de salvaguarda deste patrimônio cultural, por meio de ações de articulação/ distribuição, capacitação/ qualificação e divulgação/ difusão.

Minha inserção neste espaço de reflexão e construção coletiva da política de salvaguarda para o jongo permitiu uma visão privilegiada da política pública em questão, uma vez que este lugar de interseção, entre os técnicos do Iphan, os gestores do Pontão, e os jongueiros permite compreender as nuances dessa relação entre o Estado e sociedade. Com isso é possível ter uma dimensão mais ampla das dinâmicas que envolvem a elaboração, execução e avaliação das ações de salvaguarda.

Esse olhar “de dentro”, marcado pela constante observação das questões e conflitos relacionados a aspectos conceituais, políticos e burocráticos, fornece um quadro mais completo dos elementos que marcam a atuação do Iphan, da Universidade e das comunidades jongueiras.

Por outro lado, cabe ressaltar que este “lugar” provoca um tipo de envolvimento e resulta em certo comprometimento com a política, e especialmente com os jongueiros, e as análises e reflexões do trabalho de pesquisa podem trazer marcas desse envolvimento.

No desenrolar da ação coletiva que é o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, os laços de união, solidariedade e identidade se fortalecem, entre os jongueiros e toda equipe envolvida no trabalho. Decerto, a relação de proximidade estabelecida nesses anos de convívio com os líderes e membros das comunidades jongueiras, em especial, com o Jongo de Pinheiral, contribuiu na escolha do objeto de pesquisa deste trabalho.

A metodologia participativa subjacente a todas as ações do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu tem permitido aos parceiros do programa o enfrentamento do desafio da construção coletiva da política pública de salvaguarda de um patrimônio imaterial. Os detentores dos saberes e práticas do patrimônio reconhecido são sujeitos na elaboração, gestão e execução desta política cultural pública, e igualmente devem ser agentes no processo de reflexão e avaliação da mesma, de modo que o ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos seja trazido à tona.

Neste sentido, a primeira observação que se faz sobre o processo de elaboração deste trabalho gira em torno da abordagem metodológica adotada pela pesquisa.

O compromisso de uma prática de reflexão conjunta, sustentada no princípio do diálogo, orientou a elaboração de todo o trabalho. Diálogo este aqui compreendido segundo a contribuição do autor Paulo Freire:

“O diálogo, como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir, se rompe, se seus pólos (ou um deles) perdem a humildade. Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros “isto”, em quem não reconheço *outros eu*? Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são “essa gente”, ou são “nativos inferiores”? Como posso dialogar, se parto de que a *pronúncia* do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sinal de sua deterioração que devo evitar? Como posso dialogar, se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela? Como posso dialogar se temo a superação e se, só em pensar nela sofro e definho? A auto-suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não tem humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos, há homens que, em comunhão, buscam saber mais “ (FREIRE, 1987, p. 46)¹

¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Etimologicamente o termo "Diálogo" provém do vocabulário grego e é formado pelo elemento *día*, que significa "através" e por *logos*, que pode ser traduzido como "palavra" ou, de forma mais abrangente, "significado da palavra". Comumente, aquilo que conhecemos como diálogo é uma interação verbal — a discussão/ debate — em que os participantes defendem posições, argumentam, negociam e, eventualmente, chegam a conclusões ou acordos.

Não existe certo ou errado, melhor ou pior. Na prática dialógica a perspectiva do Outro deve ser reconhecida como legítima e todos os participantes do processo podem adquirir e desenvolver conhecimento. Seu propósito maior é a troca de idéias e impressões sobre determinado tema, permitindo uma experiência de reflexão conjunta, produção compartilhada de significados e geração de idéias novas.

Tomando, pois, o diálogo como eixo central, a metodologia de pesquisa priorizou processos participativos e dinâmicos. Para o levantamento das informações que constituíram o corpus de análise deste trabalho fez-se a opção pela técnica de grupo focal, prioritariamente.

O grupo focal é uma técnica que aborda os aspectos qualitativos da realidade que se quer estudar e que vem se difundindo em diferentes áreas. Embora tenha origem na pesquisa de marketing, sua aplicação nos estudos em ciências sociais e humanas tem revelado potencialidades variadas como uma técnica adequada para pesquisas cuja finalidade é captar impressões dos informantes, valorizando, portanto, dimensões simbólicas e/ou subjetivas cuja apreensão seria mais limitada através, por exemplo, de questionários. Nelas, os participantes podem expressar, nos seus próprios termos, experiências, pontos de vista, crenças, valores, atitudes e representações.

Busca-se, a partir da experiência do grupo focal refletir conjuntamente com os jongueiros e jongueiras de Pinheiral sobre a política de patrimônio imaterial implementadas para o Jongo no Sudeste, com o objetivo de identificar e compreender suas percepções, significados, expectativas e demandas em torno da política em foco.

Para a abordagem proposta, preliminarmente, no capítulo 1 são apresentados alguns marcos referenciais – conceituais e legais - que contextualizam a emergência da Política de Patrimônio Imaterial no Brasil, e que propiciaram o reconhecimento de bens culturais imateriais, em especial de matriz africana, como Patrimônio Cultural da nação brasileira.

No Brasil, até muito recentemente, o reconhecimento de uma expressão cultural imaterial como patrimônio era inexistente. Embora a política federal de preservação do patrimônio date dos anos 1930, o enfoque das ações iniciou-se e permaneceu por um longo tempo direcionado apenas à dimensão material do patrimônio, mais detidamente, aos monumentos e edificações.

Por esta inclinação, a política federal de preservação do patrimônio no Brasil referia-se prioritariamente ao patrimônio histórico e artístico que fazem referência à cultura erudita e européia.

A recuperação desta trajetória patrimonial brasileira busca refletir sobre os percursos históricos, os usos e sentidos que conformaram o campo das políticas públicas de patrimônio no Brasil ao longo dos anos, colocando em destaque os esquecimentos, expresso na prática da seleção, da elaboração e, em última análise, da construção do patrimônio e da memória nacional brasileira.

Traçado esse apanhado histórico, e expostos conceitos importantes a respeito da Política de patrimônio cultural, apresenta-se os processos que levaram ao inventário e registro do Jongo no Sudeste como Patrimônio Cultural do Brasil, recuperando a trajetória de articulação e resistência dos jongueiros e jongueiras para a salvaguarda da prática cultural.

No capítulo 2, são apresentados os caminhos percorridos pela pesquisa e a contextualização do campo empírico: a cidade e o Jongo de Pinheiral.

No capítulo 3 são apresentadas as reflexões resultantes da experiência do grupo focal desenvolvida com os jongueiros e jongueiras de Pinheiral.

Por fim, com base nos depoimentos dos sujeitos ouvidos pela pesquisa, busca-se nas considerações finais argüir as indagações que motivaram a realização deste trabalho: Mas afinal, o que mudou?

Observando cautelosamente as possibilidades de debate e as novas frentes de investigação que se abrem a partir do desenvolvimento desta pesquisa, o resultado da mesma se mostra relevante nos estudos sobre a salvaguarda de bens culturais imateriais com vistas a seu progressivo aperfeiçoamento. Uma vez que permite uma compreensão da política de patrimônio cultural imaterial a partir de uma perspectiva reflexiva das bases sociais, o que tem sido pouco explorada na literatura do campo.

1- PERCURSOS HISTÓRICOS, USOS E SENTIDOS DA POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

A política federal de preservação do patrimônio cultural no Brasil possui uma longa trajetória que tem início na década de 1930. Ao longo desses anos, o campo assumiu diferentes configurações que expressam embates e tensões em torno das concepções de memória, identidade e a cultura nacional.

O início do processo de constituição dos patrimônios nacionais, geralmente, é associado pela literatura do campo à formação dos Estados Nacionais nas sociedades modernas, em fins do século XVIII.²

“Foi a idéia de nação que veio garantir o estatuto ideológico (do patrimônio), e foi o Estado nacional que veio assegurar, através de práticas específicas, a sua preservação (...). A noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos” (Fonseca, 2009:54-59).

A categoria nação foi abordada por diversos autores, que trataram-na sob diferentes tipos de abordagem. Neste trabalho, toma-se como referência a concepção apresentada pelo autor Benedict Anderson, que assume uma perspectiva antropológica de nação.

Para Anderson (2008:32) a nação pode ser definida como “uma comunidade política imaginada” sendo, ao mesmo tempo, limitada e soberana. Imaginada, diz o autor, porque os membros da nação, embora não possuam contato face a face em sua totalidade, compartilham uma imagem afetiva e viva de comunhão entre eles. Seus membros reconhecem uns aos outros como parte de uma única coletividade. O autor afirma que a nação é imaginada como uma “comunidade, porque independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (Pág. 34)

Na perspectiva apresentada pelo autor, as nações são uma construção simbólica, e o que as torna possível é, “[...] efetivamente, seu poder de fazer sentido

² Gonçalves (2009) chama atenção para a dimensão universal da categoria patrimônio, definindo-a como uma categoria de pensamento que se faz presente em todas as sociedades humanas. O autor defende que a noção de patrimônio não se restringe às modernas sociedades ocidentais, estas seriam responsáveis apenas por delinear semanticamente o termo. Ver GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, CHAGAS (org.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.25-33

dentro do repertório das nações e da gramática dos povos” (ANDERSON, 2008: 14), e defende que sua existência está relacionada à criação de alguns condicionantes sociais, como um mito fundador, uma língua comum, um território delimitado, uma tradição e um projeto futuro comum, ou seja, aspectos que informam um sentimento de pertença e a ideia de um “nós” coletivo.

Esta posição aproxima-se das afirmações de Hall (1998) para quem a ideia de nação, em seu sentido moderno, mais do que uma entidade política, produziu e produz sentidos que se entrelaçam em um sistema de representação cultural que mobiliza um dispositivo discursivo de diferenciação cultural entre o “Nós” e os “Outros”.

Para o autor, as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "a nação", constroem identidades. Sentidos estes que estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, nas memórias que conectam seu presente com seu passado e nas imagens que dela são construídas. (HALL, 2005:50)

Seguindo esta chave de leitura, os autores chamam atenção para a essencialização da ideia de nação e cultura nacional. Ambos observam que, apesar de sentirmos como se estas nos constituíssem ao nível da natureza, elas são, a princípio, forjadas em nível representacional, através da criação de instituições culturais, símbolos e representações, o que eliminaria, portanto, as dúvidas sobre a veracidade do que é produzido.

Conclui-se que qualquer nação é sempre inventada segundo o tipo de comunidade política que se quer projetar, sendo o modo como são imaginadas e os recursos de que lançam mão os aspectos que as distinguem.

Nesta perspectiva, o campo do patrimônio se apresenta como um espaço privilegiado e estratégico no processo de construção e consolidação da ideia de nação, cultura e identidade nacional, e igualmente um território de disputas e contestação entre os diferentes grupos sociais que a compõem.

A construção do conjunto do patrimônio nacional é mediada pelo ato de escolher. E escolher o que permanece e/ ou o que se apaga é uma operação política que está inserida dentro de um jogo de interesses no qual se selecionam as memórias tidas e aceitas como importantes para manutenção de uma identidade já construída ou para criação de uma nova identidade. Isto é, o que está em jogo é a construção e consolidação de uma determinada narrativa nacional.

A problemática da redução da memória a grupos hegemônicos resulta em uma memória homogeneizada, enquadrada, uma tendência que se observa nos estudos sobre o patrimônio cultural.

No caso da participação da população afro-brasileira no processo de constituição do patrimônio histórico e artístico do Brasil, observa-se com nitidez a dialética memória/ esquecimento da contribuição de sua cultura e memória na construção da imagem de nação.

Com base no exposto, o objetivo deste capítulo é recuperar a trajetória da política patrimonial brasileira, colocando em destaque os esquecimentos expresso na prática da seleção, da elaboração e, em última análise, da construção do patrimônio e da memória nacional brasileira.

1.1 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO NA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PATRIMONIAL BRASILEIRA

A produção do universo simbólico que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional, a partir de sua institucionalização enquanto objeto de uma política de Estado, desponta no Brasil na década de 1930 como resultado do cruzamento de distintas forças históricas, que se relacionam ao processo de construção do Estado-Nacional brasileiro.

A partir das primeiras décadas do século XX, o Brasil sofreu mudanças profundas. O processo de urbanização e industrialização se acelera, uma classe média urbana se desenvolve e surge uma classe trabalhadora cada dia mais organizada.

Nesse contexto, o passo da história caminha cada vez mais para a constituição de uma civilização urbano-industrial no país, rumo ao Brasil moderno. Dentro deste quadro, a tarefa que se impunha era a de construir a nação brasileira, a nossa “comunidade política imaginada”, nos termos de Anderson (2008).

A transição para uma nação moderna apresentava como exigência a afirmação de uma cultura abstrata própria, e incentivadora de identificação e solidariedades entre os membros da nação brasileira. Para isso era necessário resgatar as memórias, tradições e costumes, conciliar etnias, reforçar uma língua e delimitar fronteiras para (re) construir uma cultura nacional. A questão da identidade nacional, elemento significativo e constante na historiografia brasileira, neste

momento, estava em primeiro plano: Que “cara” tem o Brasil? Ou melhor, qual “cara” queremos dar ao novo Brasil?

Artistas e intelectuais buscaram responder às perguntas, e esse esforço foi uma característica importante do Movimento Modernista brasileiro³. Através da literatura, das artes plásticas, da música, e mesmo de manifestos, os artistas e intelectuais modernistas buscaram compreender a cultura brasileira e sintonizá-la com o contexto internacional, com o propósito de dar ao país uma face nacional e moderna.

O marco deste movimento cultural foi a Semana de Arte Moderna de 1922. O evento, que também envolveu representantes de outros segmentos da sociedade - políticos, educadores, empresários e trabalhadores -, trouxe à tona discussões sobre os rumos da nação, propostas de reforma das instituições - a começar pela Constituição de 1891 - e de reorganização da sociedade brasileira.

A nova realidade nacional impunha outro tipo de interpretação do Brasil, de sua gente. No campo das Ciências Sociais, os intelectuais buscaram formular novas teorizações de modo a compreender a questão racial na formação da identidade nacional.

Na análise de Ortiz (2006:36-44) os estudos de Gilberto Freyre constituem-se em marco deste período ao apresentarem uma reinterpretação desta problemática tomando-a em termos culturais.

Ao lançar “Casa Grande & Senzala”, Gilberto Freyre valorizou a contribuição do negro e das culturas de matriz africana para a formação do Brasil. O enfoque valorativo que Freyre deu a esses elementos constitutivos do país chocou-se diretamente com as teorias racialistas⁴ e deterministas adotados por Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, Oliveira Viana e outros intelectuais do final do século XIX e início do século XX.

Estes intérpretes do Brasil responsabilizavam, entre outros fatores, o clima tropical insalubre e as populações mestiças – resultado da fusão de três raças

³ Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Manuel Bandeira e Villa-Lobos, foram alguns dos principais atores do Movimento Modernista brasileiro. Sobre o assunto, ver MORAES, Eduardo Jardim. Modernismo revisado. Estudos Históricos. Identidade Nacional, v.2, n.1, 1988, p. 220-238.

⁴ Os cientistas sociais brasileiros produziram teorizações originais sobre a realidade social brasileira a partir da utilização seletiva do racismo científico europeu como o positivismo de Comte, o Darwinismo Social e o Evolucionismo, de Spencer, adaptando as teorias racialistas a realidade e demanda nacional. (ORTIZ, 2006 p. 14-35)

consideradas desiguais - o branco, o negro e o índio – as duas últimas, tidas como degeneradas e responsabilizadas pelo atraso civilizatório nacional

Ao atribuir aspectos positivos à mestiçagem, segundo Ortiz (2006), Freyre une a todos em uma unicidade nacional, e a transforma em uma categoria que apreende a própria identidade nacional.

“A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. Ela permite ainda um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilita uma análise mais rica da sociedade. Mas a operação que Casa Grande e Senzala realiza vai além. Gilberto Freyre transforma negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada.” (ORTIZ, 2006: 41)

O Ser mestiço consolidou, portanto, a especificidade do brasileiro e os diferenciou dos demais povos de outros países. A teoria desenvolve então a autoestima dos brasileiros e logo cria raiz no imaginário social, permeando a visão do povo, dos intelectuais, dos políticos e dos acadêmicos, de esquerda e de direita, até os dias atuais.

Contudo, como assinala Ortiz (2006:43-44), a ideologia da mestiçagem pressupunha naturalidade e harmonia nas relações interétnicas em solo brasileiro. A triangulação étnica projetada pela “fábula das três raças”⁵ e condensada ideologicamente na narrativa construída sobre a “democracia racial” brasileira, propunha a dissolução dos sistemas de poder presentes no interior desta fusão, e foram rapidamente absorvidos pelo discurso nacional.

Sistematicamente denunciada pelos movimentos negros, a partir da década de 1970, a construção identitária proposta por Freyre mostra-se problemática. Uma vez que dissolve o discernimento entre as fronteiras de cor e encobre preconceitos e conflitos raciais que se travam no desenrolar da vida social, onde brasileiros negros e indígenas ainda se encontram em situação de desvantagem em relação aos brasileiros brancos.

Com a instauração do Estado Novo⁶, em 1937, corolário da Revolução de 30, as mudanças que vinham ocorrendo passam a ser orientadas politicamente, a partir de um processo de legalização, institucionalização e sistematização do Estado na

⁵ Conforme considera Roberto da Mata em *Revitalizando*, Petrópolis: Vozes, 1981.

⁶ O Estado Novo é o nome que recebeu o período da República brasileira que se estendeu de 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas (1882-1954) anunciou o golpe de Estado, até 29 de outubro de 1945, quando foi obrigado a renunciar.

vida política e cultural do país. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, e de outras importantes instituições culturais públicas⁷ durante a gestão de Getúlio Vargas pode ser apontada como uma das muitas estratégias representacionais acionadas para materializar e consolidar uma determinada imagem do país tanto no contexto brasileiro, quanto no cenário internacional.

Conforme argumenta Fonseca (2009), a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados-nação, nas civilizações ocidentais. A partir da mediação simbólica realizada pelos segmentos sociais dominantes, e com base em um estatuto jurídico próprio, um conjunto de bens é delimitado no espaço público e a eles são atribuídas novas significações.

Pelo valor que lhes é atribuído enquanto meio de referir o passado, de proporcionar uma identidade coletiva – a identidade nacional –, de produzir e veicular conhecimento às futuras gerações, esses bens passam a ser merecedores de proteção. Desse modo, a política de preservação se propõe a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva e a noção de cidadania. (FONSECA, 2009).

Com a criação do SPHAN o Estado brasileiro assumiu, de forma inaugural, a tarefa de identificar, selecionar e proteger os bens culturais da nação. Este empreendimento requisitou a convocação a diversos intelectuais modernistas para pensar bases teóricas e conceituais e para elaborar as diretrizes da política de preservação do patrimônio nacional⁸.

Um lugar de destaque é ocupado pelo modernista Mário de Andrade na historiografia da política patrimonial brasileira. Não raro encontram-se menções a seu anteprojeto como se esse fosse matriz do texto do Decreto-lei nº 25/37, que criou o SPHAN.

O Anteprojeto apresentado por Mário de Andrade é bastante pormenorizado e busca definir e elucidar alguns conceitos com os quais o campo do patrimônio opera.

⁷ O Instituto Nacional do Livro, o Museu Nacional de Belas Artes e o Serviço Nacional de Teatro também foram criados neste mesmo período.

⁸ Destacaram-se nos cargos burocráticos estatais do período os intelectuais modernistas Mário de Andrade a frente do Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938), Rodrigo M. F. de Andrade no comando do SPHAN (de 1936 a 1967), Lúcio Costa, diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos - DET (1937 a 1972), além de Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Prudente de Moraes, Manuel Bandeira, entre outros.

O Patrimônio Artístico Nacional é definido no documento como “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil” (ANDRADE, 2002, p.1).

É de sua autoria o termo “tombamento” para definir a prática de proteção do Estado brasileiro, e a idealização de quatro Livros do Tombo⁹, destinados ao registro dos bens patrimonializados.

Sua proposta definia, também, um sistema de classificação para as obras de arte, a saber: 1) Arte arqueológica, 2) Arte ameríndia, 3) Arte popular, 4) Arte histórica, 5) Arte erudita nacional, 6) Arte erudita estrangeira, 7) Artes aplicadas nacionais, 8) Artes aplicadas estrangeiras.

Nota-se a preocupação em incluir as festas, rituais, danças, mitos, músicas, saberes e fazeres diversificados como parte constitutiva das categorias de arte arqueológica, ameríndia e popular, no primeiro Livro do Tombo, Arqueológico e Etnográfico.

Nogueira (2005:243-249), referindo-se à proposta de Mário de Andrade, sublinha a inovação representada pela inclusão das expressões culturais populares entre os bens que deveriam ser avaliados e eventualmente protegidos pelo Serviço, ainda que mantivesse vínculos com classificações tradicionais ao considerar as belas artes, a arquitetura, os museus e a arqueologia. Para o autor, este aspecto da proposta de Mário de Andrade era signo das narrativas modernistas de construção da brasilidade, articulada às suas “Viagens Etnográficas”¹⁰ e, posteriormente, objetivada nas ações do Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). Segundo sua análise, demonstram a consciência do intelectual da diversidade da cultura brasileira.

Esta consciência estaria traduzida, principalmente, no conceito de *arte patrimonial* desenvolvido por Mário de Andrade, cuja definição não se restringia a ideia esteticista de belas artes, mas à “habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos.” (ANDRADE, 2002, p.8)

⁹ Os quatro livros são: Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico, o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo das Belas-Artes e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

¹⁰ Mário de Andrade realizou uma série de viagens que ficaram conhecidas como “viagens de descoberta do Brasil”. Mário percorreu diversas cidades durante sua visita à Minas Gerais (1924), ao Norte e Nordeste (1927, 1928 e 1929), no intuito de descobrir e revelar e registrar a cultura brasileira.

O desejo de “registrar”, “catalogar” e “proteger” os diversos modos de manifestações culturais do homem brasileiro, expressos tanto em sua forma material quanto em sua forma imaterial ou intangível, evidencia, segundo Nogueira (2007:257) “um sentido amplo de cultura que opera a noção de arte patrimonial, daí que a distinção entre o que é material e imaterial não cabe em uma concepção que tem como foco o conhecimento e o processo criativo.”

Todavia, ainda que visionária, a produção intelectual de Mário de Andrade mantinha profunda conexão com as ideias que circulavam nos meios intelectuais, inclusive as de contorno racista. Ao inventariar as culturas populares pré-industriais, aparentemente ameaçadas pelo progresso avassalador e pela crescente urbanização do país, a preocupação de Mário de Andrade voltava-se para o registro das manifestações culturais *per se*, minimizando, e desconsiderando as práticas culturais, os grupos, as tensões raciais e as desigualdades socioeconômicas que as envolviam (NOGUEIRA, 2005:257-258).

Destaca-se o ostracismo da arte de matriz cultural africana, sequer mencionada no Anteprojeto, ao contrário do que ocorreu com a cultura ameríndia, para a qual Andrade reservou uma categoria específica. Aparentemente, a herança negra diluía-se no conjunto da arte popular.

A desconsideração dos aspectos oriundos do universo cultural afro-brasileiro, na construção do patrimônio histórico e artístico nacional encontra justificativa no contexto sociopolítico do período.

Os anos de 1920 e 1930 no Brasil viram a consolidação do ideal de branqueamento e sua aceitação implícita pelos formuladores da doutrina e pelos críticos sociais. A crença geral de que o país se tornaria branco, progressivamente, a partir da miscigenação da população pressupunha também que a herança africana fosse aos poucos sendo apagada no imaginário nacional, prevalecendo a memória, os símbolos e personagens identificados com a cultura luso-brasileira, como relembra Skidmore (1976).

O projeto nacional de branqueamento, descrito pela fala do historiador e político João Pandiá Calógeras, em uma série de conferências ministradas para estrangeiros em 1930, no Rio de Janeiro, ilustra a complexidade e contradição do imaginário social da época.

“A mancha negra tende a desaparecer num tempo relativamente curto em virtude do influxo da imigração branca em que a herança de Cam se dissolve. Rossevelt tinha observado com exatidão que o futuro nos reserva

uma grande alegria: a feliz solução de um problema inçado de tremendos, mortais, problemas – os problemas de um possível conflito entre as duas raças” (apud SKIDMORE, 1976, p.224)

Em relação ao posicionamento de Mario de Andrade, para Skidmore (1976), se existe, por um lado, um conjunto de pesquisas do intelectual modernista sobre a cultura afro-brasileira, a exemplo de seus estudos sobre o samba de São Paulo e imagens dos festivais folclóricos de Recife¹¹, que demonstram seu interesse pelo tema, não raro seu olhar folclorizado aproximava-se das posições de preconceito racista, para as quais o negro era um bárbaro, detentor de uma cultura exótica e primitiva, “destinada a obliterar-se no redemoinho racial da evolução étnica” (SKIDMORE, 1976: 211- 212).

É corrente na literatura da área a afirmação de que o conceito de patrimônio proposto por Mário de Andrade era amplo e plural, e por isso extremamente avançado para a época, a ponto de não encontrar amparo político nem jurídico no período.

Para o ordenamento jurídico da época¹², a preservação das expressões da cultura popular, aspecto inovador da proposta “marioandradiana”, era inviável. Como esclarece Maria Cecília Londres da Fonseca (2009), para a proteção legal era imprescindível referir-se às *coisas*, móveis ou imóveis, o que na opinião da autora (2005: 105), “[...] marcava a inadequação do instrumento proposto – o tombamento – para proteger manifestações folclóricas, como “lendas”, “superstições”, “danças dramáticas”, etc”. Por estas razões, na argumentação da autora, o Decreto-lei nº 25/1937 de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que criou o Serviço do patrimônio histórico e artístico nacional, surgiu como uma “fórmula realista” e mais adequada ao princípio legal vigente.

Nesse cenário, a representação mais ampla da sociedade foi excluída em detrimento de uma política de patrimônio conduzida por critérios e valores, em estreita articulação com a tradição europeia de constituição dos patrimônios

¹¹ Mário de Andrade, “O samba rural paulista” In: Revista do Arquivo Municipal, v.41, p.37-116, nov. 1937; e o capítulo de Mário de Andrade In Estudos afro-brasileiros, Rio de Janeiro, 1935;

¹² A tutela jurídica do patrimônio cultural foi introduzida no nosso ordenamento jurídico com a Constituição de 1934. Uma inovação importante trazida por esta Constituição, em seu art. 113, inciso XVII, foi a garantia ao exercício do direito a propriedade, contanto que o mesmo não fosse exercido contra o interesse social ou coletivo, admitindo, assim, a proteção ao Patrimônio Cultural, mesmo se este se encontrasse em domínio privado.

nacionais a partir das categorias de história e arte, que as exilava da representação nacional.

No texto do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro foi criado em 1937, em seu artigo 1º, o patrimônio histórico e artístico nacional ficou assim definido:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

No conceito de patrimônio adotado, além do destaque substancial ao tratamento das “coisas” materiais, circunscreve-se como critérios que regem a seleção de bens, e que justificam sua proteção “fatos memoráveis da história” e/ ou o critério de excepcionalidade.

Em consequência disso, nota-se que no processo de constituição do patrimônio nacional brasileiro prevaleceu a percepção estética e a ênfase na arquitetura.

José Reginaldo Gonçalves (1996) assinala no discurso de Rodrigo M.F de Andrade, primeiro presidente do Serviço, a preocupação com o desaparecimento e destruição do patrimônio em virtude processo de urbanização, da expansão do mercado internacional de antiguidades, ou mesmo pela ação do tempo. Para o autor, esta “retórica da perda” acabou por justificar uma prática preservacionista voltada para a conservação e restauração de bens, em especial a arquitetura barroca, eleita como genuinamente brasileira, e a colonial.

A atuação do SPHAN evidenciava estes limites e contradições. Embora seja inegável que durante a gestão de Rodrigo Melo Franco (1937-1967) o SPHAN tenha realizado inúmeros tombamentos e restaurações, assegurando a permanência de um vasto acervo de bens móveis, cuja perda seria irreparável, do mesmo modo, se considerarmos que o conjunto de bens tombados forma uma imagem do Brasil, apresentando uma versão da nossa história e da nossa cultura, o retrado da nação pintado nos *tempo heróicos* da instituição é socialmente limitado e pouco representativo, distanciado da realidade e diversidade sociocultural do país.

Nos estudos realizados por Joaquim Arruda Falcão (1984) em torno dos bens tombados em âmbito federal durante a gestão de Rodrigo Melo Franco, tem-se com

nitidez a tipologia de bens privilegiada, cuja referência compreende um discurso oficial da história e a segmentos sociais de uma elite cultural e econômica branca.

“A política federal de preservação do patrimônio histórico e artístico se reduziu praticamente à política da preservação arquitetônica do monumento de pedra e cal. O levantamento sobre a origem social do monumento tombado indica tratar-se de: a) monumento vinculado à experiência vitoriosa da etnia branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes, fóruns etc.) e na sociedade (sedes de grandes fazendas, sobrados urbanos etc.) da elite política e econômica do país”. (FALCÃO, 1984:28)

Há consenso na historiografia do patrimônio que a partir da década de 1970 é perceptível uma redefinição na política promovida pelo Estado com relação à preservação da herança formadora do Brasil.

Segundo esta narrativa, após a gestão “heróica” de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Renato Soeiro assumiu o SPHAN por dez anos, mantendo praticamente a mesma linha de trabalho de seu antecessor¹³. Somente com a ascensão do designer pernambucano Aloísio Magalhães a presidência do então IPHAN¹⁴ no ano de 1979 é que se registra o início de uma nova etapa da trajetória da Instituição, conhecida como a fase moderna.

A indicação de Aloísio Magalhães foi resultado do trabalho que o designer vinha desenvolvendo, desde 1975, no âmbito da pesquisa e da ação em cultura popular, à frente do Centro Nacional de Referências Culturais - CNRC¹⁵, “embrião da nova política de preservação cultural do Estado” (FALCÃO, 1984:31).

¹³ Como marco da gestão de Renato Soeiro destaca-se uma política de patrimônio que buscava vincular cultura e turismo, o que implicou em uma maior articulação do SPHAN. Neste período observa-se a participação do órgão na elaboração de planos-diretores aplicados aos conjuntos urbanísticos tombados, das deliberações do Conselho Nacional de Turismo (Cntur) e na Embratur, assim como da coordenação, juntamente com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e da Embratur, e do Programa Integrado de Recuperação das Cidades Históricas do Nordeste criado pelo Ministério da Educação, Planejamento, do Interior e da Indústria e Comércio.

¹⁴ A designação do órgão passou pelas seguintes alterações: DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1946 a 1970; IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1970 a 1979; SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1979 a 1990; IBCP – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural de 1990 a 1994 e novamente IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1994 até os dias atuais

¹⁵ O CNRC foi concebido por Aloísio Magalhães, o empresário Severo Gomes, então ministro da Indústria e Comércio do governo Geisel e o embaixador Vladimir Murinho, então Secretário de Educação e Cultura do governo do Distrito Federal. Criado no ano de 1975, o CNRC era fruto de um convênio firmado inicialmente entre o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério da Indústria e do Comércio, por meio da Secretaria de Tecnologia Industrial. Posteriormente, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação e Cultura, a Caixa Econômica Federal, a Fundação Universidade de Brasília aderiram ao convênio. Em seu quadro trabalhavam designer,

O CNRC desempenhou o importante papel de conhecer, referenciar, compreender as manifestações culturais brasileiras, o “fazer popular – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica.” (MAGALHÃES, 1984:42).

A reinserção dos bens culturais nacionais era tida como indicadores das políticas econômicas e tecnológicas, chave para um desenvolvimento harmonioso e autônomo do país e fonte da identidade nacional.

Para Magalhães e os demais membros do CNRC, nas décadas de 1950 e 1960 havia ocorrido “um ‘achatamento’ de valores, uma homogeneização da cultura, em decorrência do projeto desenvolvimentista em curso no país.

De um lado se tinha a cultura ‘oficial’ referida a um passado ‘morto’, que era museificado. De outro, se verificava a absorção acrítica dos valores estrangeiros, da modernização, da tecnologia e do mercado. Pra eles, a reação a este processo deveria ser buscada no que chamavam de “componentes fundamentais” da cultura brasileira, nos elementos que conferiam singularidade à nação. Mas não na cultura ‘morta’ do patrimônio do passado, referências concretas, porém estáticas e distantes da nacionalidade. Era preciso buscar as raízes vivas da cultura brasileira exatamente naqueles bens que o SPHAN excluía de sua atividade, por considerar estranhos aos critérios (histórico, artístico, de excepcionalidade) que presidiam os tombamentos.

A ação do CNRC atentava para a dimensão social e política do patrimônio e, com isso, atuava de forma complementar e crítica às ações do IPHAN, abrindo caminho para inserção de novas demandas e grupos sociais historicamente excluídos das políticas culturais, notadamente de raízes afro-brasileira e indígena e dos contextos populares.¹⁶

Estas diretrizes foram incorporadas ao IPHAN na reforma institucional operada por Aloísio Magalhães. Ao IPHAN foram somados o CNRC e o PCH -

físicos, técnicos em biblioteconomia e documentação, críticos literários, antropólogos, sociólogos, dentre outros profissionais.

¹⁶ Ver, por exemplo, os projetos do CNRC: Cerâmica de Amaro de Tracunhaém; Tecelagem Popular do Triângulo Mineiro; Fabricação e Comercialização de Lixeiras; Banana-passa – estudos para uma tecnologia alternativa; Tracunhaém – estudo socioeconômico cultural para melhoria da qualidade de vida da comunidade; Artesanato indígena do Centro-Oeste; Indexação e Microfilmagem da Documentação em Depósito no Museu do Índio e o Projeto Zumbi.

Programa de Reconstrução das Cidades Históricas-¹⁷, e, que por fim, se desmembrou em duas instituições: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Fundação Nacional Pró- Memória (FNPM), que passaram a operar sob a sigla de Sphan /Pró-Memória.

Com esta fusão iniciou-se a reflexão, e a revisão conceitual e dos processos de gestão do patrimônio cultural brasileiro. Os princípios da descentralização, da interdisciplinaridade, do reconhecimento da pluralidade cultural, da valorização dos “patrimônios não-consagrados” permaneceram sendo os principais componentes da atuação de Aloísio Magalhães quando à frente do IPHAN.

Em consonância com os anseios da nação brasileira que, após anos de ditadura militar caminhava para a redemocratização, desejosa de renovação e maior participação, a gestão de Aloísio Magalhães objetivou a atualização da composição do patrimônio nacional, no sentido de democratizar a política federal de preservação e colocá-la a serviço da construção da cidadania.

Para Fonseca (2009:172), “a questão central não era mais a da relação entre cultura e desenvolvimento, e sim a relação entre cultura e cidadania.” Em pouco tempo de gestão, interrompida pelo seu súbito falecimento, Magalhães inaugurou uma nova postura sobre os critérios de seleção do patrimônio. Procurou conferir um estatuto de patrimônio histórico e artístico à produção cultural dos contextos populares e de matriz afro-brasileira e indígena, a exemplo da instituição de um convênio para contemplar estes bens culturais, até então desconsiderado pelas diretrizes oficiais.

O reconhecimento da Serra da Barriga (AL), local do histórico Quilombo dos Palmares, e o Terreiro da Casa Branca (BA) são considerados como marcos da sedimentação de um pensamento mais inclusivo no que toca a percepção de patrimônio no Brasil (CAVALCANTI e FONSECA, 2008).

Ademais, como indica Fonseca (1996) em seu estudo em torno dos processos de tombamento durante os *anos modernos* da instituição, é possível identificar mudanças como a ampliação da participação da sociedade civil na proposição de tombamentos, a diversidade de bens indicados e, mesmo, o número

¹⁷ O Programa de Cidades Históricas (PCH), foi implementado em 1973 sob a coordenação da então Secretaria da Presidência da República (SEPLAN) em conjunto com o IPHAN e a EMBRATUR, com vistas à recuperação das cidades históricas e à atração de investimentos para a região Nordeste. Numa primeira etapa o programa abrangeu os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

de solicitações de origem externa ao IPHAN e representativas de matrizes culturais não europeias. O direito às diferentes identidades coletivas, diz a autora, passou a sobrepor-se à própria idéia de identidade nacional.

A diversificação de bens indicados para integrar o patrimônio histórico e artístico nacional pode ser interpretada, juntamente com a participação maior da sociedade nos pedidos de tombamento, como um indício de que o patrimônio estava sendo então considerado pela sociedade brasileira, mesmo que de maneira ainda bastante limitada, como campo para afirmação de novas identidades coletivas, que se valiam dos bens culturais como referências materiais e simbólicas. Ao lado do interesse do Estado de circunscrever um universo de bens culturais que atestassem a “existência” da nação, surgiam novas motivações, por parte de grupos sociais diversos, que erigiam o exercício da preservação de “lugares da memória” em direito”. (FONSECA, 1996, 158).

Esta mudança de atitude do Estado para com as expressões e símbolos culturais dos grupos sociais até então desvalorizadas e marginalizadas pelas políticas oficiais, em especial, em direção aos afro-brasileiros, constituem-se em evidências dos reflexos diretos das demandas por participação e por reavaliação da identidade nacional brasileira, pautada pelos movimentos e instituições negras, notadamente na década de 1980.

Santos (2005: 197) afirma que os movimentos negros teriam buscado ocupar espaços administrativos, políticos e simbólicos na relação com o Estado, visando construir não só uma nova imagem do país, mas uma nova realidade política e social para a população negra brasileira.

Em nome de uma compreensão em torno de um “dever de memória” por parte da sociedade brasileira em relação aos sujeitos subjugados pelo sistema escravagista e em função do esquecimento e isolamento espacial a que foram submetidas suas histórias ao longo do século XX, estes grupos e seus militantes assumem uma postura reivindicadora de reparações material e simbólica: rejeitam o mito da democracia racial, denunciam o racismo, em especial o racismo institucional, e apontam novos pontos de vista sobre a desigualdade socioeconômica no país.

Não por acaso, datam desse período a ampliação da discussão e revisão crítica das três obras tidas como fundadoras do pensamento sociológico brasileiro, dos denominados “Intérpretes do Brasil”, qual seja “Casa-Grande & Senzala” (1933) de autoria de Gilberto Freyre, “Raízes do Brasil” (1936) de Sérgio Buarque de Holanda e “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942) do autor Caio Prado Júnior.

As práticas seletivas dos bens patrimoniais que configuravam uma narrativa que privilegiava a história dos vencedores, da arte e da cultura hegemônicas brasileira passam também a ser confrontadas pela necessária história da presença dos “vencidos e esquecidos”.

O episódio do tombamento do Ilê Axé Iyá Nassô Oká – Terreiro de Candomblé Casa Branca¹⁸, em Salvador, no ano de 1984 é um exemplo das mudanças operadas neste contexto. Demanda dos movimentos negros, intelectuais e políticos, a proposição foi conformada não para a mera proteção física do Terreiro, mas como uma luta política e antirracista pela valorização dos aspectos da cultura e memória afro-brasileira e por sua inclusão no conjunto do patrimônio nacional.

O reconhecimento, que teve sua origem no “Programa Etnias e Sociedade Nacional”, realizado no âmbito do CNRC, suscitou discussões acaloradas e, num caso inusitado, o tombamento não foi aprovado por unanimidade (três votos a favor, um voto contra, duas abstenções e um pedido de adiamento).

Gilberto Velho (2006), relator do referido processo de Tombamento, relata que os conselheiros que se colocaram contrários ao pedido de Tombamento, apelaram para o cumprimento dos critérios estabelecidos no Decreto-Lei 25/1937, evidenciando o conflito estabelecido em torno dos critérios de valoração: de um lado os critérios técnicos historicamente adotados pelo IPHAN e de outro as novas perspectivas em voga, que consideram a importância simbólica e política do processo.

É inegável que com esta ação estatal, os movimentos negros alicerçaram vitórias relativas à preservação dos patrimônios afro-brasileiros, contudo, ainda muito tímidas, uma vez que o tombamento permaneceu sendo o único instrumento de proteção existente, e incompatível com a complexidade das manifestações culturais vivas e dinâmicas, de origem popular e/ou afro-brasileira e indígena, presentes na cultura nacional.

Nesta conjuntura, a assembléia Nacional Constituinte de 1988 inscreve-se como marco decisivo, para a materialização das reivindicações das minorias e de grupos étnicos excluídos socialmente da narrativa nacional.

Como exemplos, destaca-se o Artigo 5º do capítulo XLII que criminaliza o racismo, ao afirmar que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescindível, sujeito à pena de reclusão, no termos da Lei”; o artigo 216, inciso 5

¹⁸ Para conhecer com mais detalhes as implicações do tombamento do Terreiro da Casa Branca, consultar Velho (2006).

estabelece garantias e reconhece os direitos da população quilombola, assegurando que “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”; além de que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado garantir-lhes os títulos respectivos” conforme artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Os artigos 215 e 216 garantiram a valorização e o respeito à diversidade étnico-cultural ao definir como patrimônio cultural nacional “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O novo texto constitucional consolida, portanto, a orientação legal para a proteção da diversidade cultural brasileira, ao explicitar a proteção às manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras, incorporando o conceito de representatividade.

Ademais, assinala a responsabilidade do Estado, em diálogo com a comunidade, de criar novas formas de “acautelamento e preservação” além do tombamento, que dêem conta da abrangência conceitual do patrimônio cultural. A C.F. 1988 corresponde ao primeiro instrumento legal brasileiro relacionado à adaptação das formas de registro e preservação de bens culturais imateriais e um dos principais marcos no processo de consolidação do instrumento jurídico do registro e da política de salvaguarda do patrimônio imaterial.

Entretanto, o registro de bens culturais de natureza imaterial, só foi regulamentado doze anos depois, em agosto de 2000, pelo Decreto-Lei Nº 3.551. Durante o governo do presidente Fernando Collor, houve um desmonte da área cultural em âmbito federal com base em uma política de “Estado mínimo”. Os importantes avanços institucionais e conceituais obtidos nos anos de 1970 e 1980 foram comprometidos, sobretudo, em virtude da extinção e reorganização de instituições, dos cortes orçamentários e das demissões em massa.

Por estas razões, este debate só voltou a ser pauta das políticas patrimoniais no final da década de 1990, no contexto das comemorações dos sessenta anos do IPHAN. Retomando uma discussão histórica, em novembro de 1997 o IPHAN promoveu o *Seminário internacional Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção* com a finalidade de recolher subsídios que permitissem a elaboração de

diretrizes e a criação de instrumentos legais e medidas administrativas visando identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens culturais de natureza imaterial, com especial atenção àquelas referentes à cultura popular.

Como principal resultado deste encontro foi produzido o documento de referência, “Carta de Fortaleza”, que recomendou “[...] o aprofundamento da discussão sobre o conceito de patrimônio imaterial e o desenvolvimento de estudos para a criação de instrumento legal instituindo o “registro” como seu principal modo de preservação” (MINC/ IPHAN, 2006:16).

Em atendimento às recomendações da Carta de Fortaleza, em 1998 foi instituída pelo Ministério da Cultura, uma Comissão que teve a incumbência de construir a proposta de regulamentação do que foi trazido no âmbito constitucional, no artigo 216 da CF 88.

Para prestar assessoria à Comissão foi criado um Grupo de Trabalho¹⁹, que reuniu técnicos do IPHAN, da FUNARTE e do Ministério da Cultura, sob coordenação de Márcia Sant’Anna. O Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI) realizou um trabalho de dezesseis meses por solicitação da Comissão, pesquisando experiências nacionais e internacionais que voltavam-se para uma preocupação sistemática com a preservação e promoção dos valores fundados na pluralidade cultural, à exemplo da Recomendação sobre a salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular de 1989, da UNESCO.

Segundo Sant’Anna (2009), esta recomendação foi resultado da reação e crítica de alguns países-membros, notadamente de origem oriental e do chamado Terceiro Mundo, ao eurocentrismo e aos critérios utilizados pela UNESCO²⁰ para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, expresso na Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO.

Estes países reivindicavam a realização de estudos que viessem solucionar, em nível internacional, a problemática da proteção das manifestações culturais populares e tradicionais, denominadas “expressões populares de valor cultural”.

¹⁹A Comissão foi composta por membros do Conselho do Patrimônio Cultural (João Falcão, Marcos Vilaça e Thomas Farkas), pelo Presidente da Biblioteca Nacional (Eduardo Portella), tendo por consultor jurídico um advogado (José Paulo Cavalcanti Filho). Já o grupo de Trabalho passou por algumas alterações na composição de seus membros, vamos listar sua nomeação final expedida pelo Gabinete do Ministro, PORTARIA n.406 de outubro de 2000: Ana Gita de Oliveira, Ana Maria dos Passos Santos, Cláudia Márcia Ferreira, Graça Coutinho Góes, Jônatas Nunes Barreto, Maria Cecília Londres Fonseca, Antonio Augusto Arantes, Joaquim de Arruda Falcão Neto e José Carlos Levinho.

²⁰ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura - UNESCO, órgão da Organização das Nações Unidas - ONU

As críticas tinham por base a concepção ocidental de patrimônio histórico e artístico e as práticas preservacionistas dela decorrentes que entravam em colisão como o modo de pensar a tradição cultural e as estratégias de preservação defendidas por outros povos e culturas.

“No mundo oriental, os objetos jamais foram visto como os principais depositários da tradição cultural. [...] Nesses países, em suma, mais relevante do que conservar um objeto como testemunho de um processo histórico e cultural passado é preservar e transmitir o saber que o produz, permitindo a vivência da tradição no presente.” (SANT’ANNA, 2009:52)

Aprovada na Conferência Geral da UNESCO a “Recomendação sobre a salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular” traça uma série de recomendações para a identificação e a salvaguarda da cultura tradicional e popular, por meio de registros, inventários, suporte econômico, introdução de seu conhecimento no sistema educativo, entre outras medidas.

Embora a expressão “patrimônio imaterial ou intangível” não seja mencionada nesta Recomendação, como pondera Sant’anna (2001), este documento fundamentou inclusive a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio imaterial celebrada em Paris no ano de 2003, bem como o desenvolvimento das ações de preservação voltadas para o conhecimento entorno dos saberes, dos sistemas de valores e das manifestações culturais desta natureza.

Levando em consideração este documento, na proposta de regulamentação do Registro, encaminhada ao Ministro da Cultura Francisco Weffort, em 1999, pela Comissão do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, foram expostas as diretrizes norteadoras das decisões, a saber: a) do Registro como instrumento de tutela; b) do órgão do poder público com competência para tratar do bem imaterial; c) do conceito de bem imaterial sujeito ao registro; d) da opção pela relevância nacional do bem e sua continuidade histórica; e) dos efeitos práticos do Registro.

A proposta final apresentada pelo GTPI, considerando a urgência na resposta do Estado à formalização do Registro enquanto instrumento legal, apontava o decreto presidencial como solução.

A fim de se proporcionar uma estrutura administrativa e financeira necessária ao desenvolvimento das ações de registro, bem como ao estabelecimento de política pública de identificação, inventário e valorização desse patrimônio, no mesmo ato foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, a ser implantado no âmbito do

Ministério da Cultura, envolvendo todas as suas instituições vinculadas. (MINC/IPHAN, p.26).

Em 04 de agosto de 2000 instituiu-se pelo Decreto 3.551/00 o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e que, enquanto instrumento legal, constitui-se hoje na concepção orientadora e conjunto legislativo da política federal de salvaguarda do patrimônio imaterial.

A luta pela valorização da cultura popular, com o recorte afro-brasileiro, que desde o final do século XIX havia mobilizado intelectuais das mais variadas tendências e movimentos sociais negros ganhava, então, uma importante batalha em termos institucionais.

Os folcloristas e o folclore nunca tinham conseguido obter esse tipo de reconhecimento para a cultura popular, embora já participassem das redes do Estado, pelo menos desde 1947, quando foi criada a Comissão Nacional de Folclore e, posteriormente, em 1958, na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura.²¹

Ocupando lugar inferior diante da cultura erudita, a cultura popular sempre esteve associada no imaginário social à desvalorização patrimonial. Com a aprovação do Decreto, nos últimos quatorze anos, vem sendo implementadas políticas públicas específicas para o campo do patrimônio imaterial no Brasil, que têm alterado o quadro descrito até então.

O Estado brasileiro, de forma inaugural tem formulado e implementado iniciativas concretas de identificação, inventário, registro e salvaguarda deste patrimônio, cumprindo a norma constitucional e atendendo a demanda histórica que reclamava o reconhecimento e a preservação do amplo e diversificado patrimônio cultural brasileiro (MINC/ IPHAN, 2006:26).

A noção de patrimônio expandiu-se de sua condição histórica para sua condição social, nas múltiplas representações das diversidades culturais; do patrimônio herdado ao reivindicado; de sua percepção visível e material para uma percepção invisível e imaterial.

Na avaliação de Abreu (2007) estas novas formas de se conceber a condição de patrimônio cultural nacional vem permitindo que diferentes grupos sociais,

²¹ Para uma História dos Estudos de Folclore e Cultura Popular, ver Luiz Rodolfo Vilhena, *Projeto e missão. O movimento Folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro, Funarte/ FGV, 1997; e Martha Abreu, "Cultura Popular, um conceito e várias histórias", *In* Martha Abreu e Rachel Soithet (orgs.), *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

utilizando leis do Estado e o apoio de especialistas, revejam as imagens e alegorias de seu passado, conferindo-lhes significados atuais e novas possíveis leituras da história e da própria nação. O Decreto 3.551, segundo a autora, abriu a possibilidade para o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política, com ênfase no combate ao racismo e afirmação de identidade étnicas para grupos da sociedade civil antes silenciados ou desvalorizados, detentores de práticas culturais imateriais e tidas como tradicionais.

O instrumento normativo garante, ainda, aos sujeitos sociais de práticas culturais populares, o acesso a um título que reconhece sua importância e lhes confere uma identificação oficial e, não marginal. Tornam-se detentores e representantes do Patrimônio Cultural Histórico Nacional; ampliam o alcance do reconhecimento e adquirem visibilidade nacional, agregando em suas trajetórias, e de seus grupos, ganhos simbólicos, políticos, sociais e econômicos.

Nesta perspectiva, considera-se o caso do Jongo do Sudeste como exemplar da luta, resistência e conquistas no jogo de afirmações identitárias. Apropriando-se do novo contexto e repertório legais, as comunidades praticantes/detentoras do Jongo no Sudeste reafirmam politicamente sua trajetória histórica, associada à memória da escravidão, à luta contra a discriminação racial, pelo reconhecimento cultural e de sua identidade étnico-racial, ganhando visibilidade e novas perspectivas de sobrevivência coletiva.

1.2- DO ESQUECIMENTO AO RECONHECIMENTO OFICIAL – O REGISTRO E A SAVAGUARDA DO JONGO NO SUDESTE

‘O Jongo é uma conversa, uma dança que veio dos negros cativos. É coisa que vêm de muito longe e tem muita mironga...Porque não é qualquer um que olha a roda que sabe o que está acontecendo... Naquela hora que o senhor pensava que eles estavam só se divertindo que eles planejavam fugas e falavam dos problemas deles. Falavam através do ponto, que nenhum capitão do mato e branco espião podia entender... De modo que vem do tempo dos cativos e vem numa missão passada de pai pra filho. Meu pai me passou essa missão. Me ensinou os fundamentos e eu toco pra diante.’ (Mestre Dito, Jongo de Pinheiral. Novembro de 2009)²²

²² Depoimento coletado durante pesquisa realizada para a construção do Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-cultural do Quilombo de Pinheiral/ RJ

O Jongo, ou Caxambu, como também é denominado em algumas regiões do Sudeste, é uma manifestação cultural afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança de roda coletiva e práticas do domínio do sagrado.

Sua origem é descrita pelos jongueiros, conforme Mestre Dito e, também, pelos estudiosos da cultura, como uma prática que tem sua origem junto às senzalas das grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar e café da região Sudeste do Brasil, em especial no vale do Rio Paraíba do Sul.

A região recebeu grandes contingentes de negros que, escravizados, nelas viviam e trabalhavam. A sabedoria e conhecimentos em torno do jongo/caxambu, constitui-se, portanto, em um legado dos povos africanos, sobretudo de língua bantu, criado em solo brasileiro. Seus valores, crenças e saberes continuam sendo transmitidos oralmente de geração em geração, como uma verdadeira missão assumida pelos descendentes de escravizados, jongueiros, para quem esta história não pode ser esquecida.

O nome caxambu vem do principal instrumento musical, o tambor “caxambu”, grande e robusto, de som grave. O outro tambor, “candongueiro”, também, é fundamental para compor o ritmo e produz o som mais agudo. Ambos eram feitos com troncos de árvores escavados e/ ou com o reaproveitamento de barricas de vinho descartadas pelos senhores nas fazendas e recobertos por couro de animal.

Algumas comunidades jongueiras, como é o caso do grupo “Jongo de Pinheiral/ RJ”, introduzem o macuco - pedaço de pau utilizado para fazer o contra tempo entre os tambores.

Os tambores carregam em si um grande significado de vínculo com os antepassados, de ligação com os jongueiros velhos e, por essa razão, são sempre reverenciados durante a roda.

A presença da fogueira, e conseqüentemente do fogo, além de servir para espantar o frio e afinar os tambores, remete a elementos simbólicos importantes da religiosidade de todos os povos – luz – e, em especial a africana, com o culto aos ancestrais.

Estes elementos revelam a dimensão mítica do jongo que, na visão de alguns, envolve feitiço, poderes mágicos e segredos partilhados por familiares. Durante muito tempo, esta foi uma das justificativas para a interdição da participação

das crianças nas rodas, por se acreditar que os pontos²³ de desafio ou *grumenta*²⁴, lançados entre os jongueiros, era capaz de “amarrar” as pessoas, de paralisar os jongueiro desafiante.

Próximo à fogueira e junto aos tambores forma-se uma roda de jongueiros que cantam em coro, em resposta ao solista que entoia o ponto. Ao centro, um casal dança executando movimentos graciosos de afastamento e aproximação, simulando uma *umbigada* – gesto coreográfico que consiste na menção do encontro de umbigos entre os dançarinos.

Os pontos assumem uma diversidade de funções: cantos de trabalho, cantos de lazer e também formas de comunicação cifrada entre os escravizados, através do qual denúncias eram feitas, fugas e emboscadas eram planejadas e, múltiplas histórias eram criadas, para caçar de algum barão, sem que os capatazes e os senhores conseguissem compreendê-los.

O universo rural e seus símbolos como os animais (tatu, tamanduá, galo), a lavoura e a terra são referenciais nos pontos de jongo e possuem significados que são contextualizados. Nesta perspectiva, segundo o Dossiê do Jongo produzido pelo IPHAN (2007), “O Jongo sempre esteve, assim, em uma dimensão marginal onde os negros falam de si, de sua comunidade, através da crônica e da linguagem cifrada” (Dossiê IPHAN 5 – Jongo do Sudeste, 2007, p. 14). Na percepção de Stein (2007:26) “[...] dentro desse contexto, os jongs eram canções de protesto, reprimidas, mas resistente”, característica que ainda hoje se mantêm.

As rodas de jongo acontecem geralmente nos dias de devoção aos santos católicos e divindades afro-brasileira – São Benedito, Nossa Senhora Sant’anna, Nossa Senhora do Rosário e tantos outros - , durante os festejos juninos e em datas simbólicas para o povo negro, como o 13 de maio, ressignificado por alguns grupos como o Dia dos Pretos Velhos e o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, data política comemorativa instituída pelos movimentos negros na década de 1980/1990, como estratégia de louvação aos antepassados, consolidação de tradições, afirmação de identidades e de luta para a garantia de direitos da população negra.

Embora, de acordo com o mesmo dossiê, o Jongo seja cantado, tocado, dançado e, mesmo, designado de diferentes formas pelas comunidades que o

²³ O ponto é a denominação dos versos cantados pelos jongueiros nas rodas de jongo.

²⁴ Os pontos de demanda ou *gurumenta* (corruptela de “argumento”) são aqueles em que se estabelece o desafio, o encanto e os enigmas a serem decifrados.

praticam, o sentido de resistência partilhado por todos é unânime. Segundo as historiadoras Martha Abreu e Hebe Mattos (2007:84-85), no século XIX muitos viajantes e folcloristas viram e registraram o jongo, mas não lhe deram essa denominação.

O nome genérico dado por eles e nos códigos de repressão e controle da época é o *batuque*, que denominava qualquer expressão cultural de africanos e seus descendentes. Entendia-se o jongo, de forma depreciativa, como uma prática “bárbara” ou “coisa de preto”, fadado ao desaparecimento ou a uma “sobrevivência folclórica”.

Este lugar estigmatizado dado ao jongo, um estigma de cunho racial, desqualificava por completo a prática cultural e seus praticantes. Mas, apesar da visão pessimista e inferiorizada dos folcloristas, eles desempenharam um importante papel no registro das manifestações culturais populares e de matriz afro-brasileira, como é o caso do jongo, e isso deve ser considerado. Uma vez excluídos das políticas oficiais de patrimônio cultural, a preocupação com a documentação dessas manifestações culturais esteve vinculada a outras instituições que atuavam no âmbito do folclore, como o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, hoje ligado ao IPHAN.

Originária da Comissão Nacional do Folclore, criada em 1947, o CNFCP vem realizando, desde então, importante trabalho de documentação, conservação, promoção e difusão do conhecimento produzido pela cultura popular e/ ou afro-brasileira e sobre ela.

O jongo foi objeto de repressão direta, alternada com tolerância supervisionada, por muito tempo, inclusive no século XX. Para se realizar o batuque era necessária a permissão da polícia, ou então, ainda em tempos da escravidão, do senhor.

Pouco visível para outros segmentos sociais que não os familiares, amigos e vizinhos dos terreiros de jogueiros, a história e os fundamentos da dança e da música se mantiveram quase que secretamente ao longo das décadas, e, apesar de toda repressão e das previsões dos folcloristas sobre o fim dessa prática cultural, ainda se encontra a persistente presença do jongo na região Sudeste do país.

Todavia, Monteiro (2011:3) relembra que, ao longo do século XX, houve momentos em que a manutenção dessa expressão cultural se viu ameaçada, fosse pelo falecimento de um mestre que unia as pessoas, por perseguição religiosa, ou

pela condição duplamente desfavorecida dos detentores do saber – como integrantes das camadas pobres e negras.

Essas dificuldades e a necessidade de criar estratégias de manutenção e sobrevivência do Jongo, foram as motivações para a articulação dos jongueiros no ano de 1996, em torno de um movimento que ficou conhecido como “Encontro de Jongueiros”²⁵. No ano de 2000, por ocasião do V Encontro de Jongueiros, realizado em Angra dos Reis/ RJ, foi criada a Rede de Memória do Jongo e do Caxambu, com o objetivo de instituir canais de comunicação, divulgação e fortalecimento coletivo entre as comunidades e demais interessados em participar do trabalho de preservação da memória do Jongo/ Caxambu e apoiar as lutas por melhores condições de vida nos territórios jongueiros. Monteiro avalia que as estratégias criadas pelos jongueiros obtiveram resultados importantes, apesar das dificuldades enfrentadas:

Os Encontros de Jongueiros deram visibilidade ao Jongo na região Sudeste e permitiram que os jongueiros se reunissem para a troca de saberes, experiências e para a discussão de seus problemas e necessidades. A Rede, no entanto, não conseguiu se articular de forma permanente por falta de recursos, mesmo que algumas tentativas de captação de recursos tivessem sido feitas por professores da Universidade Federal Fluminense, parceiros dos Encontros de Jongueiros desde a sua primeira realização. Isso não significou a completa falta de continuidade de todo um trabalho de organização das comunidades. A tática usada pelas comunidades foi a de encontros regionais de comunidades próximas umas das outras. (MONTEIRO, 2011:03)

Posteriormente, afirma a autora, esta mobilização resultou na solicitação, por parte dos jongueiros, do reconhecimento do Jongo/ Caxambu como Patrimônio Cultural do Brasil, o que se concretizou em 2005, através de seu registro no Livro de Formas e Expressão do IPHAN.²⁶

²⁵ O primeiro Encontro de Jongueiros ocorreu em 1996, na comunidade de Campleo, em Santo Antônio de Pádua. A iniciativa partiu do Professor da Universidade Federal Fluminense, Helio Machado. Pelo depoimento de Hélio, no catálogo do VII Encontro de Jongueiros, a idéia era “manter vivo os aspectos culturais do interior fluminense ligados aos ciclos econômicos que fizeram parte de nossa história regional”. Ver “Encontro de Jongueiros”, Jongo no Sudeste. Rio de Janeiro: Museu do Folclore, [2006]

²⁶ Foram as entidades Grupo Cultural Jongo da Serrinha e Associação da Comunidade Negra de Remanescentes de Quilombo da Fazenda São José que formalizaram, por meio de carta enviada ao Sr. Ministro da Cultura Gilberto Gil, o interesse quanto ao reconhecimento do Jongo como patrimônio cultural brasileiro. Essas cartas datam de 22 de novembro de 2002. Constam ainda, no processo, os abaixo-assinados ratificados por “jongueiros” residentes em localidades e municípios da região sudeste do Brasil, que foram contatados durante o inventário que fundamentou a elaboração do dossiê, a saber: Morro do Cruzeiro (Município de Miracema); Morro da Serrinha (Rio de Janeiro); Município de Pinheiral; Bracuí, Mambucada e Morro do Carmo (Município de Angra dos Reis); Município de Barra do Piraí, Município de Santo Antônio de Pádua, e Fazenda São José da Serra (Município de Valença), todos no Estado do Rio de Janeiro. Municípios de Capivari, Cunha, Guaratinguetá, Lagoinha, Piquete, Piracicaba, São Luís do Paraitinga e Tietê, no Estado de São

Abreu e Mattos (2007:71) observam que o esforço consciente de preservação e revitalização do jongo, expresso na constituição dos Encontros anuais de Jongueiros e na Rede de Memória do Jongo, é anterior a própria política de patrimônio imaterial, estabelecida no ano 2.000 através do Decreto 3.551 pelo Estado, e demonstra que os jongueiros não só sabiam que eram, e são, detentores de um patrimônio cultural, como compreendiam a grande responsabilidade que possuíam para a salvaguarda desta herança cultural de seus antepassados africanos.

A importância da solicitação do registro ter sido feita pelas próprias comunidades também é mencionada e reconhecida pelo próprio IPHAN, conforme registrado no Dossiê:

Esse processo de mobilização e organização é a prova de que as comunidades jongueiras estão conscientes de que possuem um bem cultural de grande valor, um conjunto de saberes ancestrais, testemunhos de sofrimento, mas também de determinação, criatividade e alegria dos afro-brasileiros. (Dossiê IPHAN 5 – Jongo do Sudeste, 2007, p. 16).

O jongo enquanto prática cultural simbólica negra é, e sempre foi, patrimônio vivo, fator de integração e solidariedade comunitária e construção de identidades, presente no cotidiano dos jongueiros. A novidade, como argumenta Monteiro (2011), é o reconhecimento oficial por parte do Estado brasileiro e a presença do mesmo nas comunidades, por meio de políticas públicas ainda em construção.

Em termos de valorização, reconhecimento e preservação deste patrimônio, é aos jongueiros e jongueiras que deve ser atribuída a permanência do jongo em nossa sociedade. Foram eles que mantiveram e passaram às novas gerações seus saberes, práticas e valores.

O Registro do Jongo no Sudeste como Patrimônio Cultural do Brasil oficializa, portanto, a parceria entre os detentores do saber do jongo e o Estado, através do IPHAN, na elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas de salvaguarda para o universo cultural em questão.

Um grande desafio para a instituição oficial do patrimônio, que há mais de sete décadas focalizou sua atuação junto à preservação do patrimônio de *pedra e cal*, e que possui uma concepção arraigada da herança cultural que atribui ao objeto

Paulo; São Mateus, no Estado do Espírito Santo, e Belo Horizonte, em Minas Gerais. A instrução do processo de registro teve como proponente o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/ DPI/ IPHAN, a partir do Inventário Nacional de Referências Culturais, iniciado no ano de 2001, no âmbito do Projeto Celebrações de Saberes, que testava a metodologia do referido inventário. (Parecer nº 001/GI/DPI/Iphan, p. 2)

importância estrita, em detrimento dos sujeitos e dos contextos culturais que lhe conferem significado.

A preservação de bens culturais relativos a modos de fazer, as formas de expressão, celebrações e lugares exige uma abordagem especial. São fatos, atividades e conhecimentos enraizados no cotidiano das pessoas, cujo suporte é essencialmente o ser humano, seu corpo e sua mente.

O patrimônio imaterial não requer “preservação” e “conservação” - no mesmo sentido das noções fundadoras da prática de preservação de bens culturais móveis e imóveis, mas identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e, sobretudo, apoio. (MINC/ IPHAN, 2006:19) Em suma, entende-se que a salvaguarda neste campo deve estar mais orientada para a valorização das pessoas e para o registro do seu saber, com o objetivo maior de garantir sua transmissão e continuidade.

Ao reorientar a política cultural de patrimônio com o reconhecimento e valorização dos bens de natureza imaterial, dentro desta perspectiva que considera não só a prática, mas também seus praticantes, chama-se a atenção para a necessidade de políticas públicas que promovam a qualidade de vida e cidadania dos detentores do saber registrado. Quando falamos de bens culturais de matriz africana e/ ou indígena, como é o caso do Jongo, isto significa considerar inclusive e, sobretudo, as desigualdades existentes entre os grupos etnicorraciais, em especial que atingem as populações afro-brasileiras no que diz respeito ao acesso a políticas públicas de educação, saúde, moradia, cultura e etc, uma vez que são campos estratégicos para a melhoria e fortalecimento das condições sociais e materiais que permitem a transmissão e continuidade dos bens imateriais. Neste sentido, a política de salvaguarda do patrimônio imaterial deve ser concebida como uma política articuladora de garantia de direitos.

Isso parece evidente ao próprio legislador quando, nas diretrizes do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, estabelece que a salvaguarda deve “promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial”.

O caráter dinâmico e mutante das manifestações culturais imateriais impõe, que a seleção de bens culturais desta natureza esteja amparada mais em noções de referência cultural e de continuidade histórica do que no conceito de autenticidade que, tradicionalmente, estrutura o campo da preservação.

Numa percepção dos dito tradicionais, não como cristalizados no tempo ou como detentores de uma genuinidade intocada, mas como bens mantidos por indivíduos e grupos sociais que vivem e atuam no ambiente cultural contemporâneo e, portanto, estão expostos aos apelos e às contingências da vida de seus produtores.

O registro, concebido como um instrumento de valorização e reconhecimento, não tem como objetivo a proteção restritiva, e sim a identificação e produção de conhecimento sobre os bens culturais, o que permitiria identificar as maneiras mais adequadas de apoio à sua continuidade. Considerando a dinâmica destas interações sociais, o Estado adotou uma linha de ação de acompanhamento periódico da manifestação para avaliação de sua permanência, registro das transformações sofridas e pertinência da titulação a cada pelo menos dez anos.

Atualmente, a compreensão sobre a salvaguarda passa, de uma maneira mais acentuada, a abarcar toda a Política de Patrimônio Imaterial, alinhando-se à perspectiva adotada na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, elaborada três anos após a instituição dessa política no Brasil (2003), a qual dispõe dos seguintes instrumentos: Registro (Instrumento Legal), o Inventário Nacional de Referências Culturais (Instrumento técnico) e os Planos de Salvaguarda (Instrumento de apoio e fomento).

No entanto, da forma como tem sido tratada neste trabalho, a salvaguarda pode ser compreendida como uma das etapas da Política de Patrimônio Imaterial, organizada nos chamados Planos de Salvaguarda e constitui um instrumento de gestão do bem cultural.

Sem desconsiderar a importância do Inventário e do Registro neste processo, há de se ter em mente que o objetivo da política não deve ser “salvar e guardar”, mas a garantia da continuidade da manifestação, permitindo a vivência da tradição no presente e para as gerações futuras.

Na sequência, seguindo o ciclo de formulação de políticas públicas, após o registro, para a construção do plano de salvaguarda, realiza-se um diagnóstico situacional, cujas recomendações apresentadas no processo de registro visam enfrentar as problemáticas apontadas pelos sujeitos diretamente envolvidos na produção e reprodução do bem cultural em questão.

No Parecer do Jongo no Sudeste encontramos as seguintes recomendações para sua salvaguarda:

1) Necessidade de se elaborar políticas públicas que favoreçam a equidade econômica articulada com a diversidade cultural, em especial quanto à autodeterminação das comunidades jongueiras. 2) Promover o aperfeiçoamento de leis de incentivo que facilitem o acesso direto dos detentores dos saberes às instâncias de patrocínio e financiamento, sobretudo para a realização dos encontros anuais de jongueiros e o fortalecimento da Rede de Memória do Jongo; 3) Estimular a interlocução das comunidades com outras esferas da sociedade, em especial com o poder público, de modo que aquelas tenham condições favoráveis para que possam controlar, manter e promover a transmissão dos saberes relacionados ao jongo conforme seus interesses. 4) Promover a inclusão, valorização e aprofundamento dos temas relacionados a este bem cultural nas agendas escolares e em programas educativos, sobretudo nas localidades onde há sua maior incidência, de modo a se reforçar a percepção do jongo como patrimônio cultural brasileiro. (Parecer nº 001/GI/DPI/Iphan, 2004:11)

Para o início dos debates sobre a construção do Plano de Salvaguarda do Jongo do Sudeste, foi realizado um seminário no ano de 2006, por iniciativa do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/ IPHAN), que reuniu diversos parceiros, consultores, técnicos do CNFCP e lideranças das comunidades jongueiras do Sudeste.²⁷

De acordo com o relatório elaborado como registro do seminário²⁸, de forma participativa, com a metodologia de grupos de trabalho mistos, foram identificados os principais problemas enfrentados pelas comunidades e traçadas estratégias para superação dos mesmos.

Neste mesmo Seminário, segundo registro no Plano de Salvaguarda do Jongo (2011), foi debatido o projeto de criação de um “Pontão de Cultura de Bens Registrados”, uma modalidade criada através da parceria do IPHAN com o Programa Cultura Viva²⁹ do Minc, como estratégia para aportar recursos para execução dos planos de salvaguarda dos bens registrados.

²⁷ Estado do Rio de Janeiro: Jongo da Serrinha – Rio de Janeiro; Jongo de Pinheiral; Quilombo Santa Rita do Bracuí - Angra dos Reis; Quilombo São José da Serra – Valença; Associação Cultural Sementes D’África – Barra do Pirai; Jongo de Santo Antônio de Pádua; Quissamã; Caxambu de Porciúncula; Miracema. Do Estado de São Paulo: Jongo de Piquete; Guaratinguetá; Lagoinha; São Luís do Paraitinga; São José dos Campos. Do Espírito Santo: São Mateus;

²⁸ CNFCP/ Plano de Salvaguarda do Jongo/ Relatório da primeira reunião com as lideranças e comunidades jongueiras/ Rio de Janeiro, 2006

²⁹ O Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura foi criado em 2004, com o objetivo de incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira. O Programa “[...] contempla iniciativas que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura, a cidadania e economia solidária. Essas organizações são selecionadas por meio de edital público e passam a receber recursos do Governo Federal para potencializarem seus trabalhos, seja na compra de instrumentos, figurinos, equipamentos multimídia, seja na contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos e eventos culturais, entre outros.” (Disponível em <http://www.cultura.gov.br>)

Nesta reunião, deliberou-se que a instituição gestora do mesmo seria a Universidade Federal Fluminense. De acordo com o Plano, “[...] esta proposição partiu dos próprios jongueiros, fundamentada no argumento de fortalecimento coletivo das comunidades, e decorreu da experiência de trabalho acumulada pela Universidade junto às comunidades”³⁰ (2011:27)

Assim, no ano de 2008 formalizou-se o Pontão de Cultura do Jongo Caxambu. Constituído como um Programa de Extensão e Pesquisa desenvolvido pela UFF por meio de convênio firmado entre a Fundação Euclides da Cunha (FEC), fundação de apoio à universidade, e o IPHAN, sob o acompanhamento do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, e em parceria com dezesseis comunidades jongueiras, a saber: Angra dos Reis/ RJ, Arrozal (Piraí)/RJ, Barra do Piraí/ RJ, Campinas/ SP, Carangola/ MG, Guaratinguetá/ SP, Miracema/ RJ, Pinheiral/ RJ, Piquete/ SP, Porciúncula/ RJ, Serrinha (Madureira, Rio de Janeiro)/RJ, Santo Antônio de Pádua/ RJ, São José dos Campos/ SP, Cachoeiro de Itapemirim / ES, Quilombo São José da Serra (Valença)/RJ, Vassouras/ RJ.

Assim como os Pontos de Cultura, os Pontões de Cultura de bens registrados recebem uma verba prevista para três convênios. O primeiro convênio começou a ser executado em 2008. O segundo sofreu um atraso devido à demora na prestação de contas e devido à implementação de um novo sistema de validação de convênio do governo federal, o que fez com que só fosse iniciado no final de 2009. Em 2010 o Pontão concluiu seu segundo convênio, mas com a mudança de governo o recurso foi suspenso e as atividades ficaram paralisadas durante mais de quatro meses, atrasando o início do terceiro convênio.

Estas interrupções das ações fizeram com que o terceiro convênio terminasse no final do ano de 2012. As interrupções representaram prejuízos para a continuidade do trabalho que, quando estava em pleno funcionamento, se via desestabilizado por diversas contingências políticas e burocráticas do Estado. Com o fim do terceiro convênio, o recurso do IPHAN foi suspenso e o Pontão se viu em mais um momento de incertezas.

³⁰ Além da participação ativa da UFF na criação e fortalecimento dos Encontros de Jongueiros através da atuação do Instituto Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES-UFF), diversos outros programas e pesquisadores desenvolvem, há anos, estudos sobre o jongo e os jongueiros como por exemplo o Observatório Jovem, o Laboratório de História Oral e Imagem (LABOI – UFF), O Núcleo de Pesquisa em História Cultural (NUPEH/ UFF) com o Projeto “Jongos Calangos e Folias”

Durante o ano de 2013, por iniciativa e esforço da Coordenadora Geral do Programa, Elaine Monteiro, algumas atividades se mantiveram com o apoio dos recursos obtidos via edital ProExt, um edital promovido pelo Ministério da Educação que tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas.

Atualmente o IPHAN tem buscado estabelecer uma parceria direta com as comunidades jongueiras, sem a mediação da Universidade. Em 2014, pela primeira vez, o IPHAN firmou um convênio direto com uma comunidade jongueira, via entidade jurídica parceira, o Jongo Dito Ribeiro de Campinas/ SP para a criação de um Centro de Referência do Jongo do Sudeste, inaugurado no dia 8 de novembro do presente ano. Além disso, manteve encontros com os jongueiros, em maioria voltados para a organização do Encontro de Jongueiros, a realizar-se em São José dos Campos nos dias 5, 6 e 7 de dezembro de 2014.

A Universidade permanece com uma relação estreita de parceira com as comunidades jongueiras. Em especial, a UFF tem desenvolvido um trabalho mais consistente com os jovens, a partir da constituição de uma comissão permanente de jovens, com o financiamento e produção de encontros e com a elaboração das atividades e produtos (vídeos, oficinas, livros, seminários, etc) associados à Rede de Lideranças de Jovens Jongueiros.

Durante os anos de atividade do Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu, o Programa tem buscado mediar e atender necessidades e demandas das comunidades jongueiras através do desenvolvimento de ações organizadas em três eixos: Articulação/ Distribuição; Capacitação/ Qualificação; e Difusão/ Divulgação.

Entre as ações de articulação e distribuição, estão: realização de reuniões e eventos de articulação das comunidades; assessoria às comunidades para melhoria das condições materiais de realização de suas atividades; instituição de prêmios para viabilizar ações específicas das comunidades; realização de levantamento e análise de perfil social das comunidades e articulação de políticas públicas locais em benefício das mesmas a partir da sistematização e análise dos dados levantados.

As ações de capacitação consistem basicamente em oficinas que acontecem de forma descentralizada nas comunidades e no trabalho de assessoria, como as oficinas Organização Comunitária, Identidade Negra, Memória, História e Patrimônio, Jovens Lideranças Jongueiras e Linguagem Audiovisual. Com a assessoria, procura-

se contribuir para o reconhecimento e o fortalecimento das comunidades nos municípios onde estão localizadas.

As ações de difusão e divulgação integram outro eixo do Pontão, como a edição anual de um calendário jogueiro, e a elaboração da coletânea “O Jongo na Escola”, um fichário que reúne textos e DVD’s sobre o jongo em uma proposta pedagógica para trabalhar a Lei Federal 10.639/ 03, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Em conjunto com esta ação já foram realizados doze seminários de lançamento da coletânea em parceria com cada comunidade jogueira direcionados aos diretores e professores das escolas da rede pública de ensino dos territórios jogueiros, como forma de sensibilização e capacitação do corpo docente para o trabalho com o jongo.

No eixo Articulação/ Distribuição destaca-se a realização das Reuniões de Articulação (R.A). Esta ação veio atender à uma demanda traçada ainda nos anos 2000 pelas comunidades jogueiras, no momento de criação da Rede de Memória do Jongo.

Na perspectiva das lideranças, era necessário se reunir para a troca de experiências e fortalecimento coletivo e para a construção de propostas e políticas para o jongo. A R.A constituiu-se, portanto, como oportunidade de viabilização da Rede de jogueiros, que por falta de recurso não se manteve sozinha.

As reuniões são realizadas bimestralmente e contam com a participação de duas lideranças jogueiras de cada comunidade, de superintendentes e técnicos do IPHAN, de consultores, além da equipe do Programa, composta por uma coordenação geral, uma coordenação executiva, uma equipe de assessoria e por bolsistas de diversos cursos, tais como Serviço Social, Produção Cultura, Cinema e Comunicação Social.

As reuniões de articulação representam a tentativa de constituição de um fórum de discussão dos detentores, e de um espaço de interlocução entre os diferentes atores envolvidos na construção de políticas de salvaguarda para o Jongo do Sudeste.

O diálogo entre estes diferentes atores e a sobreposição de lugares, demandas e interesses representa, por si só, um desafio à implementação da política.

O êxito dessa política depende da revisão de determinados valores e muitos aprendizados, em especial por parte dos representantes institucionais que passam a se fazer presentes junto às comunidades. Monteiro e Sacramento (2010) ressaltam que a construção de uma metodologia participativa e de gestão compartilhada é parte deste desafio, todavia fundamental para uma política pública que se pretende inclusiva e democrática.

No desenvolvimento das ações, no fazer junto, nos tornamos parceiros e enfrentamos o desafio da construção coletiva. O que há hoje em curso é uma ação coletiva que só é possível porque os parceiros institucionais compreendem o caráter processual do patrimônio imaterial. E porque se relacionam com os jongueiros como sujeitos das ações do plano de salvaguarda desde a sua concepção. (MONTEIRO E SACRAMENTO, 2010, p. 12)

É neste convívio, por vezes difícil e contraditório, que novas questões vem sendo colocadas e que, em conjunto, busca-se estratégias para superá-las. Como diz uma das lideranças, *não existe jongo sozinho* e, aparentemente, a existência de um projeto definido, articulado pelo jongo, atua como fio condutor da ação coletiva deste grupo.

O registro do Jongo do Sudeste como patrimônio cultural do Brasil é uma conquista de seus detentores em um movimento de resistência para a manutenção de tradições e cultura.

A consolidação de uma política de salvaguarda para o país, com contornos específicos para o jongo, tem sido construída em conjunto com as comunidades detentoras dos saberes e das práticas deste patrimônio reconhecido. Com maior ou menor grau de autonomia em relação às instituições, um grupo de trinta e duas lideranças tem há, aproximadamente dez anos, partilhado de ações e participado de reflexões que produziram, espera-se, impacto nas comunidades jongueiras.

Assim, as reflexões dos próprios jongueiros em torno da política em questão não poderiam deixar de ser trazidas para o debate.

No capítulo, a seguir, apresentam-se os achados e evidências do estudo de caso realizado com o grupo “Jongo de Pinheiral”, sobre as iniciativas e políticas públicas desenvolvidas para a salvaguarda do Jongo no Sudeste.

2. “NAS MARGENS DO PARAÍBA, EM PINHEIRAL, MEU CAXAMBU RESPONDE”

2.1 - OS CAMINHOS QUE ME LEVARAM A PINHEIRAL – CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA METODOLOGIA DE PESQUISA

A perspectiva do diálogo orientou a elaboração do desenho de todo este trabalho, em especial da metodologia de pesquisa, que priorizou uma abordagem participativa.

Isto porque, em coerência com o desenvolvimento de uma Política de Salvaguarda de Patrimônio Imaterial que só faz sentido se houver a participação dos segmentos sociais diretamente envolvidos com a produção e reprodução do bem cultural, a pesquisa realizada só se sustenta se as vivências e experiências dos jongueiros e jongueiras forem levadas em consideração. Sem eles o bem cultural não subsiste seja como prática ou referência, pois são os detentores do saber e os principais responsáveis pela salvaguarda do jongo.

Considerando esta premissa, a definição das técnicas de pesquisa foi uma etapa importante do trabalho. O objetivo principal foi construir uma metodologia baseada em relações mais horizontais e de interação entre pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, a partir da qual fosse possível estabelecer uma reflexão conjunta e abrangente sobre o tema em foco.

O planejamento da pesquisa considerou a complementaridade entre diferentes técnicas de pesquisa, de abordagem quantitativa e qualitativa, por entender que o conjunto selecionado proporcionaria uma visão amplificada da dinâmica do “Jongo de Pinheiral”, favorecendo a compreensão sobre a realidade social do grupo e sobre suas percepções a respeito da Política de Salvaguarda para o Jongo no Sudeste.

As informações e dados foram obtidos por intermédio de pesquisa documental das atas das reuniões do grupo.

Como parte do processo de análise e validação dos dados e evidências encontradas, procedeu-se a triangulação das informações coletadas, lançando mão de entrevista semi-estruturada com as coordenadoras do Jongo de Pinheiral e, prioritariamente, com a realização de um grupo focal com integrantes do grupo.

Para a execução do plano de trabalho, realizaram-se duas visitas à cidade de Pinheiral. A primeira ida à campo teve o intuito de estreitar os laços com o grupo para melhor compreender sua realidade e dinâmica própria de organização, além da realização do levantamento de informações a respeito dos membros do grupo e sobre as ações de salvaguarda desenvolvidas pelo Jongo de Pinheiral. Na ocasião, fiquei hospedada na Casa do Jongo durante nove dias, de 12 a 20 de outubro de 2014.

No tempo de realização desta primeira visita, o grupo estava envolvido com a gravação do filme “Canta um Ponto”, idealizado por uma jovem liderança do grupo, João Paulo da Silveira Santos, em parceria com um grupo de cineastas. O filme foi contemplado no Edital “Imagens da Memória”, promovido pela Fundação Cultural Palmares e tinha como objetivo inventariar e registrar a história e os pontos de jongo do grupo de Pinheiral.

Neste período, foi possível acompanhar algumas filmagens desta produção, tais como as entrevistas realizadas com Meméia e Neidinha, realizadas no quintal da casa da família de Dona Odete, uma velha jogueira da região falecida há dois meses. A oportunidade de entrar em contato com o dia a dia da Casa e com a dinâmica do grupo, além de conhecer espaços da cidade e pessoas que fazem parte da história do jongo na região, proporcionou à pesquisa uma imersão na história do grupo.

Nesta primeira fase da pesquisa de campo, com o objetivo de mapear e compreender a dinâmica de organização do grupo, os projetos e ações de salvaguarda desenvolvidas, os principais obstáculos encontrados e as estratégias criadas por eles para superá-las, procedeu-se com a pesquisa documental das atas das reuniões do grupo.

A escolha de trabalhar com as atas como fonte partiu da constatação de que nelas registra-se a memória do grupo e de suas atividades, ou seja, são documentos valiosos para a coleta de dados a respeito das ações de salvaguarda desenvolvidas pelo Jongo de Pinheiral.

O grupo de Pinheiral tem a prática de registrar a realização de suas reuniões e atividades desde sua fundação, na década de 1980, quando ainda denominava-se União Jongueira, o que resultou em um grande volume de atas.

Por esta razão, e tendo em vista os objetivos da pesquisa, optou-se por realizar um recorte temporal e mapear as ações de salvaguarda desenvolvidas

desde o ano 2.000, ano de promulgação do Decreto 3.551/2000 e de institucionalização da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial no país, até os dias atuais.

Deste modo, temos um espaço de tempo que nos permite traçar um comparativo entre as atividades desenvolvidas antes do registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil, do ano 2000 até o ano de 2005, e depois do registro, do ano 2005 a 2014.

Acredita-se que esta classificação permite identificar se houve mudanças, por exemplo, no número e no tipo de atividades desenvolvidas, nas parcerias estabelecidas, nos recursos mobilizados e em outros aspectos pertinentes à manutenção da prática do jongo, e se estas mudanças podem ser, ou não, atribuídas à política de patrimonialização.

Permite, ainda, perceber de que modo o Jongo de Pinheiral tem se articulado e lançado mão de estratégias para inserção em um contexto mais amplo de construção da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial para o universo cultural do Jongo no Sudeste.

Para apreensão dos dados oriundos da análise das atas foi elaborado um instrumento (ANEXO 1) que tomou por base os parâmetros estabelecidos no documento “Orientação para implementação da política, sistematização de informações, monitoramento da gestão e avaliação de resultados da salvaguarda de bens registrados”, de 2011.

Este documento foi produzido pela Coordenação Geral de Salvaguarda do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN (CGS/DPI), com o objetivo de construir referências para o monitoramento e análise, por parte da Instituição, da política de salvaguarda para bens registrados, conforme trecho abaixo:

Estas orientações aqui apresentadas formam um conjunto de instrumentos complementares para balizar os procedimentos de implementação de política de salvaguarda, coleta de informação, documentação, acompanhamento e avaliação comparada dos processos (sociais) de salvaguarda dos bens registrados. São recomendações de procedimentos a serem incorporados às rotinas nas unidades do IPHAN que implementam a política pós-registro. Orientam no sentido de revelar o cuidado para o estabelecimento de um diálogo profícuo e democrático com a sociedade civil; e fornece instrumentos para o acompanhamento sistemático e parâmetros para a avaliação da performance do Estado quanto à execução de suas metas e realização de seus objetivos. (CGS/DPI, 2011:35)

Do conjunto de instrumentos proposto, destacam-se o quadro sinótico “Parâmetros para observação dos resultados das ações de salvaguarda ano a ano”, o roteiro II – “Salvaguarda”, o roteiro IV, “Acompanhamento das ações de Salvaguarda por tipo” e a “Tipologia de ações de salvaguarda”.

A partir deles buscou-se elaborar um roteiro de coleta de dados mais adequado à realidade estudada, que auxiliasse no levantamento, sistematização e tabulação das informações contidas nas atas.

Para a classificação das diversas atividades desenvolvidas pelo grupo “Jongo de Pinheiral” adotaram-se onze itens dos treze propostos na tipologia de ações desenvolvido pelo IPHAN, a saber: 1) Articulação institucional e política integrada; 2) Transmissão de saberes; 3) Ocupação, aproveitamento e adequação do espaço físico; 4) Apoio às condições materiais de produção; 5) Geração de renda e ampliação de mercado; 6) Pesquisa, mapeamento e inventários participativos; 7) Edição, publicação e difusão; 8) Constituição, conservação e disponibilização de acervo; 9) Ação educativa; 10) Atenção à propriedade intelectual; 11) Editais, Prêmios e Concursos.

Este roteiro foi utilizado para uma primeira aproximação com a realidade do grupo e como diagnóstico e subsídio para elaboração da segunda etapa da pesquisa, que constituiu a realização de uma entrevista com as coordenadoras e a realização de uma reunião de grupo focal.

Os caminhos escolhidos me levaram a uma Pinheiral dos jongueiros e jongueiras, e proporcionou as inéditas reflexões que compõem este trabalho.

2.2 - A CIDADE E O JONGO DE PINHEIRAL

Às margens do Rio Paraíba do Sul localiza-se o município de Pinheiral, no Estado do Rio de Janeiro. Emancipada da cidade de Piraí desde 1995, Pinheiral tem sua história estabelecida a partir da construção da Fazenda São José do Pinheiro em 1851, de propriedade do Comendador José Joaquim de Souza Breves, herdada de seu sogro, o Barão de Piraí.

O Casarão dos Breves, como ficou conhecida a Fazenda, foi citada por diversos escritores famosos em razão da suntuosidade da propriedade, uma das mais prósperas fazendas de café do Vale do Paraíba Fluminense no século XIX,

conforme descreve Augusto Emílio Zaluar, em 1859, ao visitar a Fazenda dos Pinheiros:

“A propriedade do Senhor Comendador José Breves é, pois, como te disse, uma das mais ricas da província do Rio de Janeiro. A grande extensão de terrenos e a fertilidade deles, as vastíssimas plantações de café que cobrem o largo espaço de elevados morros, o número prodigioso de cativos consagrados aos trabalhos agrícolas, as grandes auxiliares de que dispõe o proprietário, já como abastado capitalista, já como homem de bom senso e praticamente conhecedor de nossa lavoura, conferem a este estabelecimento as honras de primeira grandeza.”(ZALUAR, 1975 *apud* BREVES 1994)

A numerosa população da propriedade, estimada em mais de dois mil escravos, estava instalada em uma estrutura que impressionava os visitantes: farmácia, hospital, cozinhas para hóspedes e outra para os cativos, capelas, oficina de roupas, dentre outros. Registra-se, ainda, a formação da banda de música do Pinheiro, formada por negros, como mais um elemento de distinção da Fazenda.

A história rememorada pela população local informa que com a morte do Comendador José Breves em 1879, este grande império territorial e humano ficou sem herdeiro e, como prova da imagem de “bom senhor” que gostava de manter, deixou seus escravos alforriados e doou parte de suas terras para nelas viverem e tirarem seu sustento.

Pelos registros oficiais, o Comendador realizou projetos neste sentido, a exemplo das fazendas da Cachoeirinha, em Arrozal, e de Santa Rita do Bracuy, em Angra dos Reis, que foram doadas por ele para seus ex-escravos em testamento escrito em 1877 e aberto dois anos depois.

Pelos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Pinheiral³¹, José Joaquim de Souza Breves não deixou herdeiros diretos e, por isto, a Fazenda foi desapropriada e declarada de utilidade pública, bem como a Estação de Pinheiro, na Estrada de Ferro Central do Brasil, linha férrea que havia sido construída em 1870 a partir da cessão de terras feita pelo Comendador para sua construção.

³¹ Durante a pesquisa de campo, em visita à Biblioteca Pública Prefeito Aurelino Gonçalves Barbosa de Pinheiral, com o objetivo de adquirir maiores informações sobre a formação e história do município, o único material encontrado para consulta foi uma apostila produzida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Pinheiral publicada no ano de 2006 onde constavam datas relevantes para a história oficial do município. Nesta mesma visita não foram encontradas nenhuma referência à história do jongo na região. Este foi um dos únicos documentos em que registra-se a história de Pinheiral.

O mesmo documento afirma ainda que em 1985, os moradores da Vila procuraram a Inspetoria Geral de Terras e Colonização para regularizar o domínio útil dos terrenos e fazer novos arrendamentos.

Cabe destacar que na análise que fazem alguns dos descendentes dos trabalhadores escravizados da fazenda, a falta de conhecimento sobre seus direitos foi a razão pela qual a permanência de algumas famílias nas terras supostamente herdadas tornou-se inviável.

Com a chegada do transporte ferroviário, ao seu redor constroem-se moradias, dando início à Vila Pinheiro, atual cidade de Pinheiral. Em 1899 a fazenda fora adquirida pelo Ministério da Agricultura, e, ali, mais tarde, instalou o seu posto de Zootécnico e a Escola Agrícola, que impulsionaram o crescimento do povoado.

No pós-abolição a região tornou-se uma opção de trabalho e de permanência dos libertos na região, que migravam em busca de melhores condições de trabalho e moradia. A região constitui-se como um espaço de convergência de famílias de escravos, trabalhadores rurais, oriundos tanto de regiões distantes, quanto de fazendas vizinhas à Estação de Pinheiros. Mais tarde, esta busca por um lugar social de direito os leva a ingressar no operariado da indústria nascente no país.

O Casarão, que constitui a base da história da cidade e, igualmente, local de memória da história da escravidão, da abolição e das famílias dos descendentes de escravos da região, hoje se encontra em ruínas. Em 1986, um incêndio de grandes proporções destruiu parcialmente a sede da Fazenda. Em 1990, outro incêndio deixou ainda mais destruição e, desde então, nenhuma obra ou projeto de restauração foi previsto para a manutenção deste lugar de memória.

Contudo, as lembranças do poderio dos Breves e do sistema escravista do qual eram peças principais, se mantêm vivas na memória coletiva dos jongueiros que residem em Pinheiral.

A história cultivada e transmitida por eles de geração em geração através da tradição oral, está diretamente relacionada à história do lugar, à memória dos tempos de cativo, e à resistência e ação coletiva por melhorias e espaços de direito na sociedade brasileira. E o jongo é o grande elo desta narrativa.

O Jongo é uma tradição comum a inúmeras famílias descendentes dos trabalhadores escravizados nas fazendas da família Breves. Muitos dos atuais jongueiros da região vivenciaram o jongo desde muito pequenos, como conta a jongueira Neide Aparecida dos Santos, a Neidinha, durante o grupo focal:

“Eu conheço o jongo assim... eu acho que eu nasci no Jongo, entendeu? Não sei, assim, precisamente quando eu comecei a dançar. Desde criança a gente já via o jongo. Como a Cida falou, todo mundo aqui em Pinheiral viu o jongo desde criança. Tinha uma festa do Aterro “né”?, que sempre todo mundo está falando dessa festa. Minha avó Suzana, meu tio Donguinha, “né”? (...) eles eram jongueiros, junto com o pai da Adelaide, junto com a mãe da Cida, o pai da Cida, essas pessoas eram do Jongo e a gente ficava sempre vendo. A gente nunca conseguia entrar na roda, até que nós conhecemos, já conhecia, na verdade, mas a gente se aproximou mais do Cabiúna, o Velho Cabiúna. Foi com ele também que a gente deu os primeiros passos na roda do jongo.”(Neidinha, 2014)

José de Oliveira (1920-1993), o Mestre Cabiúna, é lembrado por todos como um ilustre jongueiro da região. Nascido na Fazenda dos Três Saltos, herdou a cultura do jongo de sua mãe, Dona Ivone da Conceição, despontando como uma liderança jongueira na região, na década de 1960. Autor de grande parte dos pontos de jongo da comunidade de Pinheiral, como o que intitula este capítulo.

Com a morte do Mestre Cabiúna, seu filho, Benedito Cabiúna, também chamado Mestre Cabiúna, deu continuidade à transmissão dos ensinamentos do jongo. Benedito veio a falecer no ano de 2012, e, assim como seu pai, ainda é celebrado na memória dos jongueiros de Pinheiral.

A Festa do Aterro, a qual Neidinha faz referência, pode ser apontada como um elemento importante da memória coletiva local, uma vez que a maioria dos jongueiros, na faixa etária de 40 a 80 anos, cita a festa da cidade como um momento em que o jongo fazia parte da programação dos festejos juninos do município.

Não que o jongo fosse praticado apenas neste período, já que segundo relatos tinha presença garantida nos batizados, casamentos, aniversários e encontros de fim de semana. Aparentemente, o que confere destaque à festa do Aterro e assume valor simbólico diferenciado entre os jongueiros, era a visibilidade que o jongo adquiria no espaço público do município de Pinheiral durante os quinze dias de realização da festa.

Para as “Três Marias”, como carinhosamente ficaram conhecidas as irmãs Maria de Fátima Silveira Santos (Fatinha), Maria das Graças Silveira Santos (Gracinha) e Maria Amélia Silveira Santos (Meméia), na etapa da juventude, a festa do Aterro era um espaço de diversão e sociabilidade, a partir do qual cultivaram o gosto pelo jongo.

Eu lembro muito assim, do jongo no morro, lá no Aterro, numa festa grande que tinha na cidade, uma festa junina, e, assim... a presença do pessoal na roda, mesmo sendo uma galera jovem, não participava, mas os jovens já

gostavam e já ficavam ao redor. Então eu tenho essa imagem, assim, dos antigos, dançando e a gente aprendendo apenas na... no visual, ali...a gente podia fazer parte, bater palma, a gente só não podia dançar. A imagem que eu vejo do jongo antigo é sempre essa. O morro do Aterro, aquelas pessoas dançando, e assim, muita alegria, uma irmandade assim, bem legal mesmo. (Gracinha, 2014)

No final dos anos 70 a festa foi extinta e com isso emergiu a preocupação do jongo caminhar para o mesmo destino. Percebendo o risco de perder este patrimônio, principalmente, devido ao falecimento dos mestres mais velhos, o Mestre Cabiúna, seu filho Dito, as três Marias e outros jongueiros de Pinheiral, se uniram e deram início a um movimento de preservação do jongo.

Quando o Mestre Cabiúna adoeceu, na década seguinte, o jongueiro Francisco Guilherme assumiu a liderança e fundou a “União Jongueira de Pinheiral”, adotando uma formação de grupo, com estatuto e camiseta próprios.

A “União Jongueira de Pinheiral” despertou a atenção do Movimento Negro de Volta Redonda, o que é considerado por Fatinha como um marco na trajetória do grupo, dando início à aproximações, e gerando impactos na trajetória individual e coletiva dos membros do grupo.

“Mais importante eu acho que foi quando... porque a gente fazia...a gente já fazia um trabalho de preservação aqui mas, a gente não tinha assim... porque a gente gostava, entendia que era coisa de negro, que era coisa nossa, mas a gente não tinha a dimensão da importância, do alcance que o jongo teve. Então, quando nós fomos descobertos, vamos dizer assim, pelo pessoal do Movimento Negro de Volta Redonda, que levou a gente pra fazer apresentação em escolas e tal, aí a gente começou a ver a importância que o jongo foi pro negro e é pra nós até hoje. Tanto na parte cultural como na formação da parte política, social, a importância, né? O poder enriquecedor que o jongo tem. Então foi aí que a gente despertou pra isso. Aí a gente foi crescendo, fomos crescendo enquanto pessoas, enquanto grupo, enquanto jongueiro. (Fatinha, , 2014)

Constata-se que a interação com o Movimento Negro de Volta Redonda contribuiu significativamente para o fortalecimento cultural e político do grupo. Por um lado, por meio deste contato, pela primeira vez, receberam diversos convites para participar de eventos e manifestações de valorização da cultura negra, ampliando suas redes de relações e, com isso, alcançando visibilidade fora do município de Pinheiral.

Por outro, esta aproximação representou uma tomada de consciência da força política que o jongo poderia, e pode, ter, sobretudo, na luta contra o racismo, na reivindicação de políticas afirmativas destinadas aos afro-descendentes. A partir de

então o jongo passou a ser encarado como um poderoso instrumento de luta política por direitos não só das coletividades jongueiras, como também da população afro-brasileira como um todo.

É importante considerar que este momento de formação do grupo e de socialização política dos jongueiros é concomitante a um contexto mais amplo em que os movimentos e instituições negras, em nível nacional, se fortaleciam, principalmente no eixo Rio - São Paulo.

Com a redemocratização do país após os longos anos de ditadura, caracterizados por violenta repressão política e inviabilização de qualquer movimento contestatório, o movimento negro se rearticulava em escala nacional.³² O nascimento do Movimento Negro Unificado (MNU) no ano de 1978 significou um marco na história do protesto negro do Brasil, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas do país, com o objetivo de fortalecer o poder político do movimento negro brasileiro na luta pela inclusão social do negro e superação do racismo em nossa sociedade.

Na análise de Meméia, os novos ventos da redemocratização do país trouxeram maiores oportunidades para a população negra, em especial, na área da educação e na inserção no mercado de trabalho.

Foi um período também, eu acredito, que os negros começaram a ter assim, mais condições de emprego, começou a abrir esse espaço maior pro negro. Foi a partir dos anos 80... Entramos na Universidade pra estudar...A importância da educação mesmo. Muitos negros se formando no curso superior, no ensino médio...Então acho que a educação também se expandiu bastante na questão do negro e da classe média também. Na verdade começou a haver oportunidade. (Meméia, 2014)

No período citado as três irmãs ingressaram na universidade e graduaram-se em carreiras profissionais ligadas à área da Educação. Fatinha cursou Educação Física. Meméia e Gracinha graduaram-se em Biologia e Pedagogia, respectivamente.

Utilizando suas experiências como educadoras, passaram a desenvolver junto com o grupo de jongo e moradores do Morro do Cruzeiro, um projeto pedagógico direcionado às crianças da região, no intuito de trabalhar a auto estima das novas gerações e a valorização da cultura afro-brasileira.

³² A respeito da trajetória do movimento negro organizado durante a república (1889-2000) consultar DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*.2007

O projeto incluía diversas atividades, dentre elas a formação de um grupo teatral e da banda afro, “Mojubá”. Encantado com a iniciativa, Padre Paulo, da Pastoral do Negro, cedeu uma sala na Igreja para que pudessem ter melhores condições para o desenvolvimento das atividades. Nesse espaço, eram ministrados cursos de capacitação de professores para o trabalho com a história e a cultura negra no espaço escolar.

Posteriormente, o padre Jorge Aché assumiu a paróquia da cidade e deu continuidade ao incentivo e suporte mantido pela igreja católica para a realização do trabalho. Foi dele, inclusive, a sugestão para que o grupo submetesse, à um edital de financiamento da Fundação Ford, a proposta de construção de um galpão cultural para o projeto.

Entretanto, para a submissão da proposta era necessária a constituição jurídica do grupo, com a criação de um CNPJ. Foi neste momento que a União Jongueira, já sob a liderança da Fatinha, transforma-se em uma organização não-governamental (ONG), o Centro de Referência Afro do Sul Fluminense – CREASF.

O processo de formalização do grupo ocorreu em 1996 e, embora, não tenha servido à sua primeira finalidade, uma vez que o projeto não foi contemplado, foi imprescindível para o processo de institucionalização do grupo de jongo de Pinheiral e sua inserção em outras redes e oportunidades.

Nos anos 2000, um novo padre assumiu a paróquia e suspendeu o apoio ao grupo e o espaço cedido, anteriormente, para o projeto foi desativado. Todo material do projeto, composto por uma pequena biblioteca e um pequeno acervo de vídeos e slides, teve que ser guardado na casa de Fatinha.

O grupo permaneceu se reunindo, semanalmente, na casa de Fatinha, apesar das dificuldades, e desenvolvendo atividades que envolviam desde apresentações pontuais a ações educativas desenvolvidas em parceria com escolas e outros grupos de cultura popular da região, tendo como princípio orientador a preservação da tradição do jongo e da cultura afro-brasileira.

Em 2008 o grupo foi contemplado no edital “Ponto de Cultura” do Programa Cultura Viva, lançado pelo Ministério da Cultura (MINC) /Governo Federal. O Programa atua, principalmente, por meio de uma rede de Pontos de Cultura, os quais tem como principal objetivo ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural. Por meio da consecução de convênio celebrado após a realização de seleção pública, o programa tem buscado incentivar e fomentar ações

já existentes, com o repasse financeiro no valor de cento e oitenta mil reais, distribuídos em três anos consecutivos.³³

Com a chegada do recurso, desde o ano de 2009 a Casa do Jongo é a sede oficial do Ponto de Cultura e do grupo “Jongo de Pinheiral”. A sede é um espaço amplo, localizado na parte central da cidade, custeado, com dificuldades, pelo próprio grupo.

Além de acomodar a biblioteca comunitária, especializada em cultura afro-brasileira, a casa possui um laboratório de informática voltado para a capacitação profissional e a instrumentalização do grupo nas novas tecnologias de informação.

Na sala principal estão expostos os tambores do grupo, homenagens aos mestres jogueiros e heróis negros, e os altares para Nossa Senhora de Sant’anna, padroeira do Jongo de Pinheiral, São Benedito e outros santos relacionados à cultura afro-brasileira.

Do lado de fora há um grande pátio utilizado para as atividades e rodas de jongo, além de uma cozinha comunitária equipada com fogão à lenha, onde são preparados os quitutes, como a famosa feijoada que o grupo vende em dias de festas para arrecadação de recursos para manutenção da sede.

Nas paredes da casa estão expostos *banners*, fotos e cartazes que conduzem o observador a compreender a história do grupo, seus projetos e as lutas que marcam sua trajetória, sendo a principal a reivindicação pela posse do Casarão dos Breves.

Desde a década de 1980 que o grupo procura chamar atenção das autoridades para o abandono e deteriorização do que consideram como principal patrimônio cultural material de Pinheiral. Para o grupo, assim como o jongo, o Casarão é um bem cultural que conta a história de seus antepassados, e por isso, lutam pela manutenção e o revigoramento de uma memória e história afro-brasileira na região.

O grupo de jogueiros de Pinheiral há tempos utiliza o espaço dos jardins e dos terreiros da antiga Sede da Fazenda dos Pinheiros para dançarem o jongo e contarem histórias protagonizadas por seus antepassados que reconstroem a memória do local, em atividades culturais e educacionais, a partir das quais ressignificam o espaço, transformando-o em lugar de memória do passado

³³ <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>

escravista e das lutas dos descendentes de escravos pela valorização de sua história e patrimônio.

Atualmente, o Jongo de Pinheiral está em processo reivindicação do título de remanescente de quilombo, e fundamentam seu pedido a partir da memória de seus antepassados e do patrimônio cultural do jongo. (Martha e Abreu, 2011).

O grupo de Pinheiral, que atualmente é formado por cerca de trinta e cinco pessoas, entre crianças, jovens e adultos, tem apostado no bom lugar que a cultura e a educação podem ocupar no processo de preservação da memória afro do município de Pinheiral. E que este lugar será alcançado por meio da relação entre a escola e o jongo.

Percebe-se que a formação profissional das “três Marias” trouxe a possibilidade de trabalhar pedagogicamente a história oficial e a cultura de um povo subjugado por uma história parcial.

Uma pedagogia cuja proposta tem no jongo um instrumento potencial de articulação de iniciativas que ampliem a compreensão sobre a trajetória dos afrodescendentes e a história da África e sobre seu papel difusor de valores e saberes que fazem deste um patrimônio, para aqueles que o praticam e para a cultura nacional.

3 - TECENDO FONTES E CONSTRUINDO DIÁLOGOS COM OS JONGUEIROS E JONGUEIRAS DE PINHEIRAL EM TORNO DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL - A EXPERIÊNCIA DO GRUPO FOCAL

3.1 – A ETAPA DE PLANEJAMENTO

O ponto de partida para o desenvolvimento de um grupo focal nesta pesquisa foi o entendimento de que os jongueiros e jongueiras são sujeitos que possuem experiências e percepções próprias sobre o mundo que os cerca, inclusive sobre a Política de Salvaguarda implementada para o Jongo. Para os objetivos da pesquisa era fundamental, além de coerente, que esta visão de mundo pudesse ser captada, transformando o resultado da pesquisa em um produto coletivo.

O grupo focal é uma técnica de coleta de dados, na pesquisa qualitativa, em que as informações são obtidas através das interações grupais ao se discutir sobre um tema ou foco específico sugerido pelo pesquisador. (MORGAN, 1997; VEIGA, L. & GONDIM, 2011; GONDIM, 2002). Nesse sentido e pelo contexto da interação, o grupo proporciona a emergência de uma multiplicidade de pontos de vista, ainda que por vezes conflitantes, e processos emocionais que permitem a captação de significados, percepções, sentimentos, atitudes e idéias que, em outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar, conforme argumenta Gatti (2005).

Para a autora, a possibilidade de pensar coletivamente uma determinada temática que é comum aos participantes permite produzir dados e *insights* que não seriam possíveis fora do grupo, como, por exemplo, em entrevistas individuais, uma vez que o conhecimento também se constrói durante o desenrolar da dinâmica, a partir da troca de saberes entre os participantes.

Por esta razão é que esta técnica de pesquisa pareceu a mais adequada para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que, através da socialização das experiências em grupo, seria possível estabelecer diálogos, trocas e reflexão conjunta em torno das iniciativas e políticas públicas de salvaguarda implementadas para o Jongo no Sudeste.

A literatura sobre a técnica informa que seu bom desempenho depende de diversos fatores que precisam ser previamente definidos, como a seleção dos participantes, a escolha do local de realização e a elaboração do roteiro de temas a serem abordados. Assim, o planejamento constituiu-se como etapa inicial e

importante do desenvolvimento do grupo focal com os jongueiros e jongueiras de Pinheiral.

No que se refere à montagem do grupo, o número de participantes pode variar entre 6 a 12 pessoas e os critérios para sua seleção são intencionais, mantendo-se, pelo menos, um ponto de semelhança entre os participantes, como por exemplo, idade, gênero, ocupação, entre outros.

Em geral o delineamento do estudo prevê que mais de um grupo seja formado para obtenção dos dados. Na proposta inicial desta pesquisa pretendia-se realizar duas reuniões de grupo focal, sendo um grupo composto por jovens e outro grupo com os adultos, com o objetivo de traçar um comparativo entre eles, identificando os pontos comuns e divergentes. Contudo, o pouco tempo para o desenvolvimento da pesquisa permitiu a realização de apenas uma reunião de grupo focal.

Buscando manter a proposta de estabelecer um diálogo intergeracional entre os jovens e os mais velhos do Jongo de Pinheiral, foram adotados os seguintes critérios para a formação do grupo focal: participação ativa nas reuniões e atividades do grupo durante o período que compreende ao recorte temporal da pesquisa (dos anos 2.000 a 2014); faixa etária dos participantes atentando para a paridade entre membros jovens e adultos e, por fim, paridade de gênero.

As pessoas que atendiam a este perfil foram identificadas e convidadas a participar a partir das informações levantadas durante a análise das atas das reuniões, como demonstrado no quadro 1:

Quadro 1 - Distribuição dos participantes do grupo focal segundo critérios de escolha

Participante	Tempo de participação no grupo	Idade (anos)	Sexo (F/M)
Adelaide Aparecida da Silva (Dezinha)	10 a 20 anos	20	F
Ana Cláudia da Silva (Aninha)	10 a 20 anos	25	F
Aparecida Maria José (Cida)	Mais de 30 anos	61	F
Barbara dos Santos (Babi)	10 a 20 anos	25	F
Joao Paulo da Silveira	5 a 10 anos	29	M
Joana Maria José Borges	Mais de 30 anos	63	F
Luiz Gonzaga	10 a 20 anos	60	M
Maurílio Borges	10 a 20 anos	49	M
Neide Aparecida dos Santos (Niedinha)	Mais de 30 anos	58	F
Sergio Luis Mendes (Badauê)	01 a 5 anos	25	M
Waldecir da Silva (Dedê)	Mais de 30 anos	48	M
Wander Felipe dos Santos (Felipe)	10 a 20 anos	18	M

Levando em consideração o aspecto participação, optou-se por não incluir no grupo focal nenhuma das três coordenadoras do grupo, por acreditar que a presença da Fatinha, da Gracinha e da Meméia pudesse constranger os demais participantes.

Com elas foi realizada uma única entrevista semi-estruturada abordando alguns temas comuns ao do GF e outros mais específicos voltados para o inventário da história do grupo e para checagem e validação de algumas informações coletadas durante a análise das atas. Os resultados da entrevista serão cotejados com os resultados do grupo focal mais adiante.

O local de realização do grupo focal foi definido a partir da necessidade de se criar um ambiente favorável à discussão.

Escolheu-se a Casa do Jongo por se tratar de um espaço familiar aos jogueiros, um espaço em que, possivelmente, se sentissem mais à vontade para manifestar suas percepções e pontos de vista.

A elaboração do roteiro contemplou cinco eixos temáticos, em que a organização das perguntas partia de questões mais gerais e, aparentemente, mais simples de serem discutidas, às mais específicas.

A adoção desta estratégia buscou garantir a adesão dos integrantes à proposta grupal bem como um aprofundamento progressivo (técnica do funil) nos temas de interesse da pesquisa.

Assim, o roteiro final do grupo focal (ANEXO 2) ficou estruturado da seguinte forma: Memória do Jongo (introdutório e de aproximação); Dinâmica de organização e manutenção do grupo; Jongo de Pinheiral e seus interlocutores (transição); O Registro e a Salvaguarda do Jongo (chave); O futuro do Jongo (final).

3.2 – RELATOS DO DESENVOLVIMENTO DO GRUPO FOCAL

Após a etapa de planejamento, retornou-se a cidade de Pinheiral para a aplicação do grupo focal, que se realizou em uma terça-feira, após a reunião semanal do grupo. Na ocasião, pude contar com a participação de Rodrigo Rios³⁴, que atuou como relator, auxiliando no registro das principais impressões verbais e

³⁴ Rodrigo Rios foi membro da equipe de assessoria do Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu, e atuou como assessor do grupo de Pinheiral no período de 2010 a 2011 possuindo acúmulo na temática do presente estudo.

não verbais, e na atenção à aparelhagem audiovisual utilizada para a gravação da atividade.

Dentre as pessoas convidadas a participar do grupo focal não puderam comparecer no dia a Senhora Joana Maria José por questões pessoais, além dos jovens João Paulo, Ana Cláudia e Adelaide, devido as suas obrigações profissionais e de estudos. Para substituir Joana Maria José foi convidado o jogador João de Assis a participar da dinâmica. Sendo assim, participaram da dinâmica seis adultos e três jovens, totalizando nove pessoas no grupo focal, conforme registro fotográfico abaixo:



(Da esquerda para direita/ acima) Rodrigo Rios (Relator), Seu Maurílio, Seu Gonzaga, Mariana Nery (moderadora), Neidinha, Cida e Felipe; (da esquerda para direita/ abaixo) - Seu João de Assis, Badauê, Dedê e Babi

No espaço da biblioteca da Casa do Jongo, os participantes foram dispostos em círculo com a possibilidade de visualização de todos entre si, no qual a pesquisadora, como moderadora, e o relator, também estavam inseridos.

Inicialmente, procedeu-se a explanação da dinâmica proposta, realizando uma breve apresentação dos tópicos de discussão, uma abordagem sobre a técnica e seu objetivo e explicação sobre a dinâmica do trabalho. Nesta conversa inicial,

colocou-se ênfase na importância da participação e necessidade de oportunizar a fala de todos, a fim de evitar dispersões.

Foram repassados ainda o papel do relator no registro da reunião e do moderador como responsável pelo encaminhamento e direcionamento da dinâmica, sendo necessário, uma atuação pontual, para em alguns momentos interrompê-los e/ ou solicitar que retornassem ao assunto de modo a objetivar suas falas.

Durante o transcorrer do grupo focal houve a necessidade de incentivar a fala de alguns participantes, tendo em vista o monopólio da conversa assumida por outros.

Ademais, por vezes os participantes se prolongaram em suas colocações ou desviaram do assunto, notadamente nos primeiros tópicos discutidos, possivelmente por se sentirem mais à vontade em falar sobre assuntos que já dominavam, ou ainda pela relação de confiança e proximidade estabelecida entre nós – pesquisador e sujeitos da pesquisa.

Creio ter sido este o aspecto mais crítico no desenvolvimento do grupo focal, uma vez que exigiu certa sensibilidade e habilidade para lidar com o difícil equilíbrio entre flexibilidade e firmeza na condução da dinâmica.

Se por um lado era fundamental que as pessoas se expressem livremente e interagissem uma com as outras, por outro era preciso ter o cuidado de não deixar a discussão se estender demais, ou desviar do foco e dos objetivos da pesquisa. A dificuldade na condução do grupo interferiu diretamente no tempo de duração do encontro, concluído em duas horas e treze minutos. Contudo, a extensão das discussões revela a efetiva participação e interação dos jogadores durante a dinâmica, o que proporcionou apreender suas percepções, interesses, expectativas e necessidades em torno dos temas de interesse da pesquisa.

A seguir serão apresentados os principais temas abordados pelos jogadores e jogadoras durante as discussões no grupo focal.

Em relação aos acontecimentos que consideram marcantes na trajetória do grupo, os participantes elegeram diferentes eventos. Na opinião de Neidinha a aquisição da Casa do Jongo foi um marco para o grupo “[...] porque até então a gente estava lá na casa da Dona Constancia. A gente não tinha lugar”.

Dona Constancia é a mãe das três lideranças do grupo, Fatinha, Gracinha e Meméia, que cedeu o espaço do terraço de sua casa para a realização das reuniões e atividades do grupo depois que foram convidados a se retirar da sala que

ocupavam na Paróquia. Com a premiação do Edital do Ponto de Cultura, o grupo pode arrendar uma casa para desenvolver suas atividades com melhores condições de trabalho.

Também na percepção de Fatinha, durante entrevista com as coordenadoras do grupo, a seleção do projeto para tornar-se um Ponto de Cultura definiu uma outra condição para o grupo:

“[...] 2005 foi que a gente participou do edital do Ponto de Cultura que aí foi um divisor de água pra nós. Porque aí a gente conseguiu já estar em um nível maior e conseguir se aparelhar, de ter essa estrutura que a gente tem hoje, tudo através do Ponto de Cultura. Que era uma coisa nova pra todo mundo, a gente foi do segundo edital, então nem a gente tinha tanta noção do que era assim... até porque a gente já era um ponto de cultura, ele só veio nos aparelhar, dar mais condições de trabalho. Foram coisas que eu acho que foram muito importantes.” (Fatinha, 2014)

Identifica-se conflito de informações acerca da data em que o Jongo de Pinheiral se tornou Ponto de Cultura. Em seu depoimento Fatinha afirma que foi a partir do ano de 2005 que o grupo começou a fazer parte da Rede de Pontos de Cultura do Governo Federal, mas pela análise das atas isto aconteceu no ano de 2008, e a aquisição da casa no ano de 2009.

De todo modo, este acontecimento é percebido como inaugural de uma nova fase do grupo, e representou maior autonomia e condições de trabalho, além do crescimento e diversificação das atividades por ele desenvolvidas, o que também pode ser observado na leitura das atas das reuniões.

Na visão de Babi, o reconhecimento do grupo junto a outros segmentos da sociedade é motivo de destaque a ser feito na trajetória do grupo. Reconhecimento este que, em sua opinião, está diretamente envolvido com a consolidação do trabalho desenvolvido pelo grupo:

“Reconhecimento, também. O reconhecimento do grupo como sólido, entendeu? Em qualquer lugar que a gente chega *Ai é o Jongo de Pinheiral*. Mas não é só o Jongo de Pinheiral. *É o Jongo de Pinheiral e eles fazem isso, isso e isso. Tem o trabalho tal, tem uma sede, conseguiram isso, aquilo*. Então as pessoas nos reconhecem enquanto grupo e, como também, agentes de alguma coisa, sabe? A gente tem o trabalho com criança, vai nas escolas, as crianças conhecem, vem pra cá. Eu acho que o reconhecimento, no geral, do grupo mesmo, é um destaque. E em pouco tempo, assim”. (Babi, 25 anos, 2014)

Percebe-se no depoimento da jovem que o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo grupo é algo recente, apesar de ser um grupo organizado há mais

de trinta anos, sem interrupção de suas atividades. Com efeito, com a aquisição da sede, as atividades do grupo ficaram mais visíveis e, conseqüentemente, ganharam maior notoriedade no espaço urbano de Pinheiral.

Para Meméia isto representou o reconhecimento por parte da população local, diz ela: “[...] o legal foi a gente ter esse Ponto, mostrar que a gente está fazendo um trabalho sério que a comunidade reconhece, entende? Muita gente vem aqui. Muita gente reconhece”.

Em consonância com a colocação de Meméia, os participantes do grupo focal relataram que a população de Pinheiral reconhece e participa do jongo. Justificam essa percepção lembrando que o jongo é uma herança cultural comum a diversas famílias de Pinheiral, como exemplifica Dedê:

“Aqui é família de jongueiros, eles conhecem, participam. Se tu abrir uma roda de jongo na praça eles vão participar [...] Se pegar o tambor ali e bater o pessoal vem. Se abrir uma roda de jongo aqui tu não pára de bater” (Dedê, 48 anos, 2014)

Fatinha apresenta posicionamento mais crítico sobre a relação com a população local, afirmando que : “[...] poderia ser um relacionamento muito melhor, e que não é. São poucas as pessoas que realmente “dá” a dimensão de que o trabalho merece”, em sua opinião.

Meméia oferece um contraponto ao ponderar que a falta de reconhecimento percebida por Fatinha refere-se à uma parcela da população local, em geral, formado por pessoas que migraram para Pinheiral há pouco tempo em decorrência do crescimento da região.

“O número de habitantes de Pinheiral ele é um pouco dividido. A gente tem um quantitativo de habitantes mais antigos e muita gente jovem, muita gente de fora que está vindo morar em Pinheiral. Tem gente que não conhece o jongo, aí fica... aí quer conhecer, aí, por exemplo, quer que você vá dançar ali correndo, e você vai fazer as coisas, assim? Não é assim. Então a gente tem essa clientela, esses habitantes mais antigos que acredito que vê o jongo com um olhar melhor, não fazem muita coisa porque não tem condições, mas vê ainda melhor do que esse povo que está chegando aí agora” (Meméia, 2014)

Um terceiro episódio reportado como um marco na trajetória do grupo, mencionado tanto no grupo focal quanto na entrevista com as coordenadoras, foi a criação do Dia Municipal do Jongo em Pinheiral, instituído em cerimônia oficial em 07 de abril de 2014.

Segundo os relatos coletados, a escolha do dia sete de abril é uma justa homenagem à data de nascimento do falecido Mestre Cabiúna, um dos responsáveis por manter a tradição viva na região. Idealizado pelo Vereador Cláudio Fadul, a Lei que criou o Dia do Jongo em Pinheiral, foi inspirada no Dia Estadual do Jongo estabelecido pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 26 de julho 2011, Dia de Sant'ana, padroeira do Jongo de Pinheiral.

Em depoimento durante entrevista, Fatinha ressaltou o significado da criação desse dia para o grupo de Pinheiral: “Pinheiral foi a primeira cidade a criar o Dia Municipal do Jongo. (...). Isso foi importante pra nós. Foi político pra gente.”

Do mesmo modo, a iniciativa é vista pelos participantes do grupo focal como um importante ato de reconhecimento da importância do jongo na história e na construção da cidade de Pinheiral, e representa um avanço na relação com o poder público local, até então considerada inexistente, conforme argumenta Dedê:

“Na verdade a dificuldade foi no governo passado. No governo passado tivemos uma dificuldade imensa. Eles queriam tudo focado pra eles, não davam espaço, quando eles davam, davam coisas baseadas no interesse deles. (...) Ele [o prefeito] depois, quase no finalzinho que ele queria ajudar a levantar o jongo, mas porque vieram um pessoal de fora, ele viu que o jongo estava aparecendo muito, até através do Pontão mesmo, o pessoal do Pontão começaram a divulgar... já era divulgado dentro da cidade, mas a gente esbarrava com essas dificuldades mesmo. Porque tinha umas secretárias lá que não conhecia isso, passou pela prefeitura, pelo sei lá o que, e não queria reconhecer. [...] Eles não davam espaço, assim, eles não queriam dar espaço pro jongo. Eles só queriam dar espaço quando eles viram uma matéria na televisão que estava assim *Jongo de Pinheiral, referência nacional*. Foi um evento que “a gente fomos” fazer lá no Rio (...) Aí dali que eles tentaram vim aqui procurar as meninas aqui pra tentar fazer alguma coisa, tentar fazer, mas esse tentar fazer era mais interesse deles. E quando eles ficaram mais assim, com receio, que procuraram mais ainda foi quando “a gente fomos” fazer uma apresentação lá pro governador, lá no palácio lá, (...) era o Sérgio Cabral. Aí eles mandaram uma van pra gente poder ir, aí o Pezão que agora é governador era vice, e só representante de Pinheiral estava a gente, não tinha representante assim não, da prefeitura não tinha. Tava lá nas cadeiras que estavam Secretário de Cultura de Pinheiral, Secretário de educação, grudado todinho na cadeira o nome do pessoal e não tinha. E aqui pra eles foi uma vergonha. Aí quando eles ficaram sabendo que “a gente tivemos” no Rio, aí eles quiseram procurar as meninas aqui. Foi isso que aconteceu” (Dedê, 48 anos, 2014)

Em seu depoimento Dedê faz menção a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial por meio da citação de ações de divulgação promovidas pelo Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu, e aos impactos gerados sobre as relações que o Jongo de Pinheiral estabelece com sua realidade local e em sua articulação regional e nacional. O título de patrimônio cultural do Brasil concedido ao Jongo no

Sudeste aparentemente tem gerado maior visibilidade à manifestação, prestígio aos seus detentores e reconhecimento em seu local de origem e abrangência.

Um exemplo disso são os convites que recebem para participação em eventos em diversos locais do Brasil³⁵, nos quais representam não só o segmento jogueiro, como o próprio município de Pinheiral, tornando-se expressão cultural representativa da cidade.

Se por um lado esta visibilidade tem proporcionado o reconhecimento local, por outro, registra-se na fala de Dedê a tentativa de uso político da manifestação cultural por parte do poder público local.

Alguns participantes do grupo focal identificaram mudanças nesta relação estabelecida com o poder público local nos últimos anos. Segundo relatos, aparentemente a atual gestão tem sido mais sensível às questões do grupo, e tem buscado atender demandas por reconhecimento, valorização e fortalecimento do jongo na região, a exemplo da criação do Dia Municipal do Jongo e do apoio financeiro concedido através da aprovação de subvenção para o CREASF.

Registra-se na leitura das atas o recebimento de subvenção desde junho do corrente ano. O valor, estimado em dois mil reais mensais, tem sido empregado nas despesas da sede, como no custeio do aluguel, das contas de luz e água, dentre outros gastos necessário para a manutenção das atividades da Casa do Jongo.

Em mais de trinta anos de existência do grupo, é a primeira vez que a prefeitura tem colaborado financeiramente para o desenvolvimento do trabalho de salvaguarda do jongo. Isto representa a vitória de uma batalha travada há anos pelo grupo em torno do reconhecimento e apoio local, e a possibilidade de superação de um de seus maiores obstáculos.

Destaca-se na leitura das atas o grau de organização, consciência e autonomia do grupo. Apesar de cobrarem da administração pública os subsídios e apoio necessários para participarem de encontros fora do município e realizar ações de salvaguarda do jongo na região, o grupo promove diversas iniciativas para que a Casa do Jongo permaneça ativa e minimamente auto-sustentável.

³⁵ Registra-se nas atas a participação em diferentes eventos promovidos por instituições públicas. No ano de 2010 participaram da Teia Nacional na cidade de Fortaleza/ CE, do evento “Brasilidades” promovido pelo MINC na cidade do Rio de Janeiro, e do evento “Brincantes Brasileiros” promovido pelo Governo Estadual da Paraíba; Em 2011 participaram do Rock in Rio à convite da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro; Em 2012 participaram do Evento Rio + 20 na programação cultural do Galpão da Cidadania.

Entre as diferentes estratégias criadas para superar as dificuldades financeiras com a manutenção da Casa do Jongo e das atividades desenvolvidas pelo o grupo estão: o estabelecimento de mensalidade para os membros, a realização de bingo, promoção de rifas, venda de quitutes durante as festas organizadas pelo grupo e em festas da cidade e empréstimo do pátio da Casa do Jongo para realização de eventos de particulares, que em contrapartida efetuam o pagamento de alguma conta de água ou luz.

Quando questionados sobre outros obstáculos que encontram para a salvaguarda do jongo, os participantes do grupo focal responderam de imediato o preconceito racial. Inclusive, o participante jovem Felipe, que pouco se colocou durante a dinâmica, respondeu à pergunta antes mesmo da moderadora terminar de apresentá-la.

Na opinião de Fatinha, essa problemática incide sobre a realidade do grupo: “[...] Porque a sociedade ela é muito cruel, principalmente em relação aos negros, então... o preconceito... isso é presente no nosso dia a dia. (...) Existe essa discriminação. Mas isso vem da sociedade mesmo. (...) A gente tem que ficar brigando pra ter espaço na sociedade, ser respeitado.”

A fala de Fatinha evidencia o lugar de subalternização e os processos de exclusão sofridos pela população negra³⁶ ao longo da história brasileira, e que ainda se fazem presentes em discursos e práticas cotidianas, relatadas pelas antigas e novas gerações do jongo.

Os indicadores sociais evidenciam, de maneira incontestável, as desigualdades existentes entre brancos (as) e negros (as) no que se refere ao acesso a níveis mais altos de escolarização, ao mercado de trabalho, à renda, à terra, à saúde, ao lazer e à fruição cultural. No caso das comunidades jogueiras, a ausência destes direitos básicos se refletem na precariedade das condições sociais e materiais de produção e reprodução do patrimônio registrado.

Ademais, nos *territórios jogueiros*³⁷, cujas raízes estão em áreas rurais da região sudeste, em geral em cidades criadas e desenvolvidas a partir de ciclos econômicos baseados na monocultura do café e da cana de açúcar, reina ainda, até

³⁶ Utiliza-se neste trabalho o termo negro/a como o conjunto dos indivíduos pretos e pardos da população brasileira, segundo critério de classificação racial utilizado pelo IBGE.

³⁷ A utilização do termo “território jogueiro” denota uma identificação das comunidades de jongo que se estendem em uma ampla região cultural no Sudeste do país, e que extrapola os limites das esferas de poder em que se dividem e organizam as instituições. (MONTEIRO e SACRAMENTO, 2012, p 4)

os dias de hoje, o preconceito das elites locais contra as manifestações de raízes africanas.

Durante as discussões do grupo focal foram recorrentes os relatos sobre situações de discriminação em relação ao jongo, em grande parte, associadas a estereótipos ligados aos cultos de matriz africana, como a umbanda e o candomblé, a exemplo do episódio relatado por Neidinha:

“Ontem eu estava em uma turma, eu sou professora, dou aula de história e geografia, aí estava falando com os alunos sobre o dia da Consciência Negra. Aí um aluno virou e falou assim *Tia Neide (...) fala do jongo, aquela dança lá que a senhora participa*. Quando ele começou a falar duas alunas fizeram assim ó [gesto de arrepio com o corpo e de nojo] Aí eu olhei assim, *que é isso?(...) Ah não é nada não professora*. Mas foi uma insinuação de maldade com o jongo. Porque uma das meninas já tinha me falado assim, num dia: *A minha mãe falou que o jongo é macumba, que vocês pegam espírito dentro da roda*. Eu respondi assim: *Eu nunca vi isso não*. (...) Aí eu chamei ela a atenção. Eu falei pra ela assim: *Os alunos estão pedindo explicação sobre o jongo, sobre o que é a dança e você vem com uma postura assim, de preconceito*. Porque eu acho isso um preconceito.”
Neidinha, 58 anos, 2014)

Em contraponto, a jovem Babi argumenta que fatores de ordem objetiva, tais como a falta de apoio para transporte e alimentação para uma apresentação, a ausência de recurso financeiro para a manutenção da Casa do Jongo, além das dificuldades de lidar com “o mundo dos projetos” (MONTEIRO e SACRAMENTO, 2010) são obstáculos e desafios ainda maiores do que às interdições derivadas do preconceito racial.

Eu acho também que além do preconceito, assim... preconceito eu acho que é uma coisa que a gente já bate mais de frente, a gente já tem uma consciência de como lidar. Mas a falta de recurso também. Tem muito projeto, tem muita coisa, mas esse encontro assim, nosso, até fazer o projeto, até conseguir ainda é um pouco longo assim. Ainda há uma distância. Não em fazer em si, mas de ter essa proximidade, esse conhecimento de como fazer, como lidar com isso, entendeu? São poucas as pessoas que tem essa cabeça de fazer. E não só em questão de governo, de edital, mas de própria apresentação. Às vezes a gente tem que apresentar lá em não sei aonde, mas não tem condução. Aí se não tem condução não tem uma verba, mas aí a verba ajuda a casa. Mas aí se a gente não for também o pessoal de lá fica prejudicado porque não conhece. Então acho que a falta de recurso ainda chega a ser um pouquinho além que o preconceito. Preconceito acho que antes, há uns anos atrás, era aquela coisa mais grossa, mais pesada. Tava na sua frente, mas você ficava...*Ai, acabou de acontecer uma coisa comigo ali*. Hoje em dia não, (...) você já bate de frente. Você tem “palavriado”, você já tem Leis, você já tem várias coisas que te respaldam pra você poder bater de frente com aquilo. Eu acho que hoje em dia, não só pro jongo, como toda a comunidade negra que tem uma certa cultura, participa de alguma coisa, a falta de recurso é assim o essencial. É o que atrapalha. É dificuldade total. (Babi, 25 anos, 2014)

Observa-se no depoimento de Babi mudanças percebidas em relação ao enfrentamento do racismo pela população negra brasileira. A criação de Leis e a implementação de ações afirmativas, a exemplo da Lei 7.716/89 que define os crimes de preconceito racial, a Lei Federal 11.645/08 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena³⁸, e mesmo a política patrimonial que atualmente reconhece as manifestações culturais afro-brasileiras como patrimônio cultural da nação, tem sido incorporadas ao “palavriado” dos jongueiros e jongueiras como instrumento de luta por direitos e combate ao racismo.

Por outro lado, percebe-se que, por consequência da histórica exploração, da opressão, da condição de desigualdade e subalternidade em que foram colocados os afro-brasileiros em nossa sociedade, os jongueiros ainda encontram grandes dificuldades em acessar e/ ou desenvolver projetos viabilizados por editais de financiamento públicos.

Como estratégia, verifica-se que o Jongo de Pinheiral tem investido na participação e formação dos jovens para o trabalho em colaboração com as lideranças no desenvolvimento de tais ações, uma vez que tiveram acesso a níveis mais elevados de escolarização e que têm habilidades no uso do computador e Internet.

O que se observa é que os jovens parecem assumir as demandas contemporâneas do grupo. No cotidiano do Jongo de Pinheiral, eles têm sido responsáveis por alguns processos organizativos do grupo, com participação em reuniões, organização de eventos e representação externa do grupo, como é o caso do jovem João Paulo, que não pode participar da dinâmica do grupo focal. Atualmente, ele é o representante do Jongo de Pinheiral junto com Fatinha nas reuniões do Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu, além de atuar como uma importante liderança jovem na Rede de Articulação de Jovens Jongueiros.³⁹

³⁸ A Lei 11.645/2008 altera a Lei 10.639/2003 para incluir no currículo oficial da rede de ensino além da obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira, a temática da história e cultura dos povos indígenas.

³⁹ A Rede de Jovens Lideranças Jongueiras foi criada no ano de 2010 com o objetivo de articular os jovens das comunidades de jongo do Sudeste para debater e construir estratégias para a salvaguarda do jongo. Desde então, por meio de encontros periódicos, organizados a partir de temas sugeridos pelos próprios jovens, a Rede tem se constituído como um importante espaço de socialização política e fortalecimento da juventude jongueira.

O diálogo entre a geração mais nova e a mais antiga geração de jongueiros foi uma constante durante a realização do grupo focal. De forma respeitosa e carinhosa, os adultos pareceram reconhecer o importante papel que os jovens têm “pra preservar porque é aquele negócio, os mais velhos vai embora”, conforme opinião de Cida (61 anos)

Os participantes jovens, por sua vez, demonstraram estarem cientes do compromisso que possuem de salvaguardar o jongo, e ressaltaram o papel dos mestres na transmissão e continuidade deste patrimônio, como observado nos depoimentos de Felipe e Badauê:

“Cara como nós somos jovens do grupo, nós temos muita coisa pra aprender ainda e como a Babi falou, nós estamos com a cabeça aberta, leve. Estamos aí pra poder aprender e eu acho bom pra poder também não deixar a raiz do jongo morrer, que como sempre dizem, tem que ter o jovem no grupo pra poder não deixar morrer e tem que ter os mais velhos pra poder passar o ensinamento “né”? Como tem o ponto *Saravá jongueiro velho, que veio pra ensinar, que Deus dê a proteção pro jongueiro novo, pro jongo não acabar*” (Felipe, 18 anos, 2014)

“O que eles sabem eles passam pra gente também. (...) A gente tem muito pra conhecer ainda, a gente jovem. Os mais velhos passam pra gente o que eles sabem, o que eles aprenderam.” (Badauê, 25 anos, 2014)

Quando questionados a respeito dos interlocutores e parceiros que de algum modo colaboraram ou colaboram com o Jongo de Pinheiral, os participantes do grupo focal não identificaram, ou não se recordaram, de nenhuma instituição governamental ou não-governamental com a qual estabelecem parceria.

Contudo, logo em seguida, ao serem indagados a respeito da relação do grupo com o Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu, alguns participantes apontaram a colaboração da instituição para o fortalecimento do grupo, conforme relatos abaixo:

“É ótima, porque eles estão sempre aqui fazendo trabalhos, estão sempre mandando coisas pra gente, e-mail...tipo assim, projeto que interessa pra gente. Eles dão todo o respaldo [...] Tem sempre bolsista vindo pra cá, eles pesquisam... tem toda uma, sei lá, eles estão sempre aqui presentes.[...] A participação deles, Jongo e Pontão é como se fosse um só. Qualquer dúvida que tenha aqui liga pra lá eles vão sempre dar uma atenção.” (Babi, 25 anos, 2014)

“Eles vieram pra dar uma alavancada a mais na gente jongueira (...) O pessoal veio pra dar uma moral a mais pra gente.” (Badauê, 25 anos, 2014)

“Eles chegaram, se uniram com o grupo e deu mais moral, mais coisas. O grupo às vezes estava lá atrás. Foi mais uma força (...)” (Dedê, 48 anos, 2014)

Esta relação de proximidade com o Pontão também foi mencionada pelas coordenadoras durante entrevista. Na avaliação de Fatinha, dentre os diversos parceiros identificados por ela, o Pontão se destaca pela continuidade das ações que desenvolve junto ao Jongo de Pinheiral: “A gente desenvolveu diversos projetos juntos. É uma relação mais estreita, de mais tempo “né”? Foram três anos de trabalho juntos. Com as outras não, os trabalho sempre foram brevesmas, o mais estreito é ele[o Pontão]”.

Pela análise das atas percebe-se que o Jongo de Pinheiral, desde o ano 2000, estabeleceu diferentes e importantes parcerias.

Com o Ponto de Cultura PIM – Programa de Interação pela Música, de Vassouras/ RJ, ao longo do ano de 2007 foram parceiros no desenvolvimento do projeto Ação Griô no Vale do Paraíba. A ação se insere no Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, e que visa a implementação de ações e projetos pedagógicos que contemplem as práticas da oralidade, dos saberes e dos fazeres dos Mestres e Griôs nas parcerias com escolas e universidade.

Através do Projeto Interações Estéticas, uma ação do MINC em parceria com a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), que realiza troca de experiências por meio de residências artísticas em ponto de Cultura, foram estabelecidas três parcerias importantes para o trabalho de educação patrimonial que o Jongo de Pinheiral desenvolve com crianças e jovens.

A primeira delas ocorreu em 2009, por meio da parceria com o Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha para o desenvolvimento do projeto “Mapa Vale do Café”, um mapa-jogo de pano, bem colorido e que representar o Vale do Café. A riqueza da história e tradição da região são contadas através de brincadeiras, causos, fatos, personagens históricos, personagens fabulares, músicas, locais de referência histórica e/ou geográfica, festas, saberes e fazeres de tradição oral, dentre outros.

No ano de 2010, o grupo desenvolveu o projeto “História e Tradição do Jongo de Pinheiral” junto com a artista Carolina Figueiredo, que teve como produto um varal de Pano que conta a história do Jongo de Pinheiral.

Em 2011, com a parceria da artista plástica e contadora de história Aressa Rios, foram confeccionados três livros e um painel feitos de tecido, que trazem contos africanos, a história da diáspora africana e a trajetória do negro no Brasil, conta a história da região do Vale do Paraíba e a memória do jongo.

Em consonância com a fala de Fatinha, observa-se na leitura das atas um número significativo de atividades desenvolvidas pelo Jongo de Pinheiral em parceria com o Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu. Em vinte e duas atas pesquisadas, registra-se, desde o ano de 2008, a realização de ações que se resumem à participação em reuniões de articulação, eventos e oficinas, visitas da equipe de assessoria, capacitação e aplicação de pesquisa participativa, doação de material de divulgação como camiseta e o fichário “Jongo na Escola”, além da seleção em Edital de Prêmio do Pontão.

Durante a pesquisa documental das atas fora identificadas ainda, a menção direta à Política de Patrimônio Imaterial em quatro atas a saber: no ano de 2005 (ata nº 08/2005) o grupo discutiu a preparação para o 10º Encontro de Jongueiros no qual destacam a entrega do título de Patrimônio Imaterial do Brasil concedido pelo IPHAN às comunidades jongueiras⁴⁰; no ano de 2006 (ata nº 13/2006) registram a participação de Fatinha como representante do grupo de Pinheiral na primeira reunião promovida pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP, realizado no Museu do Folclore, para as discussões do Plano de Salvaguarda do Jongo; no ano de 2008, na ata nº 02, menciona-se a inserção do grupo nas atividades do então recém criado Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu “que será mais um projeto que apóia as comunidades jongueiras remanescentes”; em 2009 o grupo registra a visita de representantes do IPHAN ao Ponto de Cultura do Jongo de Pinheiral.

Conforme apresentado anteriormente, o Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu, através da parceria estabelecida entre o IPHAN, a UFF e as comunidades jongueiras, configura-se como o principal articulador das ações de salvaguarda implementadas pela Política de Patrimônio Imaterial para o universo cultural do Jongo no Sudeste.

Nesta perspectiva, podemos apreender dos depoimentos apresentados e da análise das atas das reuniões que, de algum modo, o grupo Jongo de Pinheiral se insere na política em questão, sobretudo, por meio da relação que estabelece com o Programa.

⁴⁰ A Proclamação Pública do Registro do Jongo como Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN/ Minc ocorreu no dia 17 de dezembro durante o X Encontro de Jongueiros, em Santo Antônio de Pádua/ RJ.

3.3 PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS DE SALVAGUARDA PARA O JONGO NO SUDESTE

Dando início as discussões do eixo-chave do roteiro proposto – “O Registro e a Política de Salvaguarda do Jongo” – os jongueiros foram estimulados a refletir a respeito das políticas e iniciativas implementadas nos últimos dez anos e que, de algum modo, avaliam como importantes para o grupo.

A menção ao Programa Cultura Viva, através da iniciativa do Ponto de Cultura, foi uma unanimidade entre os jongueiros ouvidos pela pesquisa, que identificaram diferentes benefícios e melhorias gerados pelo Programa.

Os participantes do grupo focal destacaram que o recurso financeiro adquirido proporcionou melhores condições materiais para o desenvolvimento das atividades do grupo, por meio da aquisição de equipamentos multimídia, mobiliários diversos entre outros elementos importantes para salvaguarda do jongo.

Na opinião das coordenadoras, além das melhorias materiais, a iniciativa tem proporcionado o fortalecimento político do grupo, e tem gerado mudanças nas relações que estabelecem entre a sua realidade local e a sua articulação regional e nacional, inclusive no que se refere ao acesso à lugares, bens e serviços culturais antes exilados de sua realidade social, conforme diálogo abaixo:

Fatinha – Mudou. Então, a gente conseguiu ter acesso a outras coisas, a gente passou a participar, a ter participação em comissão nacional nesse cenário de cultura “né”, a nível nacional e estadual...Assim, a gente ficou mais politizado “né”? Acompanhou melhor a política cultural nas duas esferas

Gracinha – É isso mesmo. Eu acho que a gente teve um ganho muito bom com essas aberturas que a gente andou tendo aí... a gente está viajando, está indo a museus... está indo a um monte de lugar. Nosso povo cresceu muito, saiu desse espaço de Pinheiral e está ganhando, vamos colocar assim, está ganhando o mundo.

Memeia – Teve a oportunidade de conhecer outros estados já...

Gracinha - Teve uma mudança muito boa e muito grande

Fatinha – A nível nacional. Como o Ponto de Cultura trabalha com toda diversidade brasileira, então a gente teve acesso lá com os índios, com o povo lá do nordeste, com o pessoal da Bahia, caiçara, quilombola... então isso pra gente, a gente se fortaleceu tanto e cresceu culturalmente quanto politicamente, porque está tudo ligado. São políticas voltadas para cultura e que foi assim, uma coisa abrangente, e que fez a gente crescer e acompanhar esse movimento cultural que houve nesses últimos dez anos.

Em suas falas as coordenadoras evidenciam mudanças ocorridas no campo das políticas públicas de cultura nos últimos anos, e que tem beneficiado prioritariamente grupos, comunidades e populações com baixo reconhecimento de sua identidade cultural, tais como: comunidades praticantes de culturas populares, povos indígenas e afro-brasileiros, dentre outros. A exemplo dos Editais de Prêmio voltados para a Cultura Popular e Tradicional, promovidos pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e pelo Ministério da Cultura, também citado por Fatinha durante entrevista⁴¹.

O conceito de cultura ampliado com o qual o Ministério da Cultura trabalha, desde 2003, busca superar enfoques exclusivos em algumas expressões artísticas, e promover a cultura tanto do ponto de vista de seus aspectos econômicos, de inclusão social e cidadania, quanto da sua importância como produção simbólica. (MINC, 2010:27).

Observa-se, com isso, o crescimento do espaço político- institucional dedicado às culturas populares e de matriz cultural afro-brasileira e indígena no âmbito do Sistema Federal de Cultura, no qual se insere a recente política de patrimônio cultural imaterial do IPHAN.

Quanto às mudanças percebidas pelo grupo em relação às possibilidades de articulação e ações na última década, Babi identificou a ampliação das possibilidades de articulação, socialização e circulação do Jongo de Pinheiral, e às relacionou, por meio da menção ao Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu, à implementação da Política de Patrimônio Imaterial, conforme observado em seu depoimento:

“Mudou. Porque antes até... Por exemplo, Pontão no caso, antes de ter Pontão essas coisas eu acho que o jongo era mais aquela coisa de todo mundo se encontrar, se reunir, tocar e depois cada um ia para as suas casas. Não tinha ainda aquela consciência de que o jongo poderia ir além ali da pracinha ou do....da segunda linha. O jongo poderia ir para São Paulo, que lá no Rio tinha um grupo, e lá em Minas, sei lá, tem um grupo. Que lá em não sei aonde tem outro. Então com o Pontão eles trouxeram essa consciência e foram dando caminhos pra gente seguir que foram levando a gente mais além. Então com isso hoje a gente tem várias coisas que antes não se pensava em ter. Há dez anos atrás a gente não pensava em ter....há dez anos não se pensava em ter a sede, não se pensava em ter um grupo

⁴¹ Registra-se que o Jongo de Pinheiral foi contemplado nos seguintes Editais de Prêmio: Em 2008 ganhou o Prêmio Culturas Populares– Edição Mestre Humberto de Maracanã - promovido pelo Ministério da Cultura, no qual concorreram na categoria Grupo Formal; No ano de 2010 foram contemplados na categoria Mestres da Cultura Popular do Prêmio de Mestres e Grupos das Culturas Populares promovido pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. Em ambos os casos a premiação foi no valor de dez mil reais.

totalmente articulado, não pensava em ter consciência do que o jongo pode chegar, até aonde ele pode chegar. Dos benefícios que ele trás para a vida de cada um. Há dez anos quem diria que o grupo pudesse ir lá para João Pessoa, ou ir lá para a Teia em Fortaleza, ou ir lá para São Paulo para o Encontro. Quem diria que tivesse um Encontro? Há dez anos atrás eu acho que vocês não pensavam em um Encontro de Jongueiros...entendeu? Então eu acho que em dez anos muita coisa mudou. E mais além de dez anos para a frente eu acho que ainda vai ter mais coisa.” (Babi, 25 anos, 2014)

Acompanhando a colocação da jovem, Neidinha também destacou a importância da atuação do Pontão, por meio da contribuição da equipe de professores e estudantes que dele participam, para o fortalecimento e formação política do grupo, sobretudo no que tange à ciência de seus direitos culturais e sociais: “E essas pessoas que estão nesse Pontão... quem está lá, “né”, comandando, ele teve essa vivência, ele teve essa visão de mostrar para os grupos igual a nós que estamos no interior, que tem coisas além e que nós podemos conquistar.”

Observa-se no depoimento o papel institucional que tem sido desempenhado pela Universidade Federal Fluminense na Política de Salvaguarda do Jongo, em grande parte, de mediação técnica e política.

O Pontão, enquanto um Programa de Extensão da UFF, visivelmente tem exercido sua função social, constituindo-se instrumento de inserção social e política de aproximação da academia com as comunidades e saberes populares, a partir da troca de conhecimento e experiências entre estes dois espaços historicamente apartados.

Fazendo um contraponto às colocações de Babi e Neidinha, do ponto de vista do participante Dedê, as mudanças percebidas devem ser atribuídas à atuação de Fatinha na liderança do Jongo de Pinheiral. Para ele, a coordenadora foi fundamental para que o grupo caminhasse e vislumbrasse novas possibilidades de articulação e atuação:

“Mas essas coisas todas aí “surgiu”, até mesmo de ir para Universidade, a partir da própria Fatinha. Porque a Fatinha, combinando o Encontro que foi lá para os lados de Angra dos Reis, daí dali eles fizeram isso todinho, eles disseram “*Po*” o jongo pode ir para tal lugar, vocês estão querendo ir? Chamava todo mundo, reunia todo mundo e dizia: *Vocês estão querendo ir para tal lugar? Vocês tem medo de ir? Vocês podem viajar? Quem não pode viajar?* Ela perguntava. Então foi através dela também que ... porque a gente ficava aqui, *Ah vamos aqui, vamos ali. Ah vamos em Volta Redonda.* A gente só ficava por aqui. A partir da Fatinha não, a gente foi ... ela foi correndo, correndo mesmo, não atrás, na frente. Ela correu na frente. *Vamos lá, vem cá, que o grupo está comigo.* Ela vestiu a camisa, chamou a

responsabilidade todinha pra ela. Ela chamou a responsabilidade para ela e levou o jongo para até onde o jongo está aqui. Aí ela teve amizade com povo aí, aí veio o Pontão e mostrou outra coisa também diferente. Porque já tinha o Encontro de Jongueiros. Que já era feito o Encontro de Jongueiro aí, que “a gente participamos” do Encontro de Jongueiros, aí depois disso foi vindo “tudinho”, ela foi descobrindo o Pontão... falou pra gente *Ó tem o Pontão...* aí ela foi mostrando pra gente outros caminhos que a gente tinha que caminhar. Pra gente era ficar aqui nas festinhas de Pinheiral, *Ah po tem uma festa em Arrozal, vamos lá no Arrozal.* O lugarzinho que a gente ia mais distante era aqui em Valença, né, e Vassouras. Eram esses lugarzinhos que a gente ia.” (Dedê, 48 anos, 2014)

Em seu relato, Dedê tece sua argumentação recuperando a memória da articulação dos jongueiros em torno dos Encontros de Jongueiros, e frisa que este movimento é anterior a existência do Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu, isto é, anterior à própria Política de Patrimônio Imaterial.

Em relação à Política em questão, buscamos refletir durante a dinâmica do grupo focal a respeito dos significados atribuídos ao Título de Patrimônio Imaterial do Brasil concedido ao Jongo no Sudeste.

Alguns participantes expressaram ser um motivo de orgulho e ressaltaram a importância do reconhecimento e valorização da manifestação enquanto ícone da cultura nacional, conforme depoimento de Dedê: “Um orgulho enorme de saber do reconhecimento do nosso trabalho e do nosso jongo, é saber que faz parte da cultura brasileira. Eu tenho o maior orgulho disso. Tenho o maior orgulho de ser jongueiro”. (Dedê, 48 anos, 2014)

Outros participantes destacaram o significado do título enquanto ato histórico e político da maior importância. Do ponto de vista da jovem Babi, o reconhecimento do Jongo no Sudeste como Patrimônio Cultural do Brasil marca a vitória de uma luta historicamente travada pelos africanos e de seus descendentes pelo respeito e reconhecimento de sua memória e patrimônio.

Pra mim é uma... uma vitória de uma guerra, não de uma guerra em si, mas de uma luta antiga né? Porque eu vejo assim, quanto sangue foi derramado, quantos negros sofreram por uma dança, por uma auto-afirmação da sua cultura, que já eram, né?, negros, já dançavam nas senzalas, dançavam jongo para que? Para se comunicar, para chorar o sofrimento daquele tempo deles né? Então, pra mim é uma vitória. Porque quanta coisa aconteceu para hoje a gente poder dançar livremente numa praça, em qualquer lugar. Chegar em algum lugar e ser reconhecido. (...) Então pra mim realmente é um ato que é histórico. Histórico porque isso vai ficar marcado e é uma vitória. Uma vitória mesmo em si. (Babi, 25 anos, 2014)

O caminho percorrido pelo jongo até seu reconhecimento oficial como símbolo da nação brasileira foi longo e árduo. Uma trajetória marcada por sofrimento, opressão, silêncio e invisibilidade.

Uma trajetória que justifica, inclusive, a reivindicação por programas, ações e instrumentos de cunho valorizativo, compensatório e afirmativo nos diversos campos das políticas públicas.

No depoimento de Fatinha, o título evidencia um “dever de memória”⁴² do Estado e da sociedade brasileira para com os afros-descendentes em decorrência da escravidão, do esquecimento a que foram submetidas suas histórias ao longo do século XX.

“A importância que tem para o Brasil é que o Brasil nos deve isso. Isso já veio tarde. Porque isso só prova a luta do negro pra sobreviver, como um elemento importante na busca da liberdade, da forma de organização dos negros. Uma forma de manter as nossas tradições que são passadas oralmente, então é... isso mostra pro Brasil que a comunidade negra brasileira é organizada e sempre foi.” (Fatinha, 2014)

Nesta perspectiva, o Título de Patrimônio Cultural do Brasil assume um sentido de reparação e de garantia de direitos aos afro-brasileiros no campo do patrimônio cultural. Mas essa reparação não se restringe ao nível simbólico. Ao Estado cabe contribuir efetivamente para a melhoria das condições sociais e matérias dos jongueiros e jongueiras com vistas a garantir a transmissão e continuidade do jongo.

De acordo com os fundamentos e diretrizes da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (IPHAN, 2006, P. 15-21), a inscrição de um bem em um dos Livros de Registro é o ato culminante de um processo jurídico-administrativo – e de um processo social de mobilização – que, espera-se, deve ter conseqüências práticas.

Mais do que um ato de outorga de um título, o Registro institui a obrigação pública de inventariar, documentar, acompanhar e apoiar a dinâmica das manifestações culturais registradas, a fim de garantir sua memória, transmissão e continuidade. Deste modo, espera-se que após o Registro aconteça todo um movimento de interlocução entre o Estado e os grupos sociais, no sentido de

⁴² Expressão cunhada ao longo dos anos 1990 na França e que, em poucas palavras, remete à idéia de que memórias de sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas memórias. Sobre esta discussão ver HEYMANN, Luciana. O “devoir de mémoires” na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro.; CPDOC, 2006, p. 27

elaborar e implementar políticas públicas de salvaguarda que promovam melhores condições sociais e materiais de produção e reprodução do patrimônio reconhecido.

No tocante às expectativas que tinham, e ainda têm, em relação aos efeitos e impactos desencadeados pelo Registro do Jongo, frisou-se durante as discussões do grupo focal a demanda por apoio institucional e financeiro por parte do Estado, conforme depoimentos de Babi:

“Visibilidade, apoio, é... mais visibilidade no sentido assim... voltando, é dos grandes poderes ajudarem. Tem vários grupos que lutam, lutam e lutam há dez anos no caso para ter sua sede, pra ter mais apoio pra poder formar sua ONG e não conseguem. Então, vamos colocar, já que é um patrimônio, então que dê mais apoio. Porque olha a vitória que a gente conseguiu! Mas pra que? Se não vêm visibilidade, se não tem apoio, se não tem nada?”
(Babi, 25 anos, 2014)

Do ponto de vista das coordenadoras, esperava-se que o conjunto de iniciativas e ações promovidas pelo Estado, a partir do IPHAN e do MINC, fossem mais incisivas, e que repercutissem, principalmente, no apoio e fortalecimento do segmento da juventude jongueira, uma vez que compreende-se a nova geração como fundamental nos processos organizativos do grupo e na continuidade da manifestação cultural.

Ao longo da entrevista Mémeia, Gracinha e Fatinha identificaram duas problemáticas que se apresentam para a participação dos jovens no grupo. A primeira diz respeito à dispersão dos jovens diante das difíceis condições de trabalho e de vida na comunidade. Elas sinalizam que o jongo ainda não proporciona a sobrevivência econômica de seus praticantes, o que exige, em muitos casos, que os jovens saiam da comunidade em busca de emprego no mercado de trabalho, inclusive em cidades vizinhas como Volta Redonda, gerando prejuízo ao processo organizativo e à salvaguarda do jongo.

A segunda relaciona-se ao obscurecimento da prática do jongo por outras expressões de maior apelo junto à juventude, como o funk, e o desafio de conciliar o crescente mercado de bens simbólicos da cultura de massa e do universo do entretenimento com os fundamentos da tradição do jongo.

Contudo, identificam que o reconhecimento do Jongo como patrimônio nacional tem gerado benefícios na última década, especialmente no que tange à visibilidade da manifestação cultural junto a outros segmentos sociais. Mas avaliam que ainda há muito a ser feito.

“Eu acho que o IPHAN e o Ministério da Cultura que eles tinham que desenvolver mais políticas efetivas pro local. Porque não é só aqui. Isso existe em todas as comunidades. Em todas as comunidades existem muitas dificuldades de manter a tradição, de fazer essa salvaguarda... e a gente não tem esse apoio. São coisas esporádicas e... a gente continua tendo as dificuldades. Realmente, dez anos de salvaguarda, de registro e eu não sei que salvaguarda é essa que eu nem vi, a não ser a que a gente faz por nossa conta.” (Fatinha, 2014)

Durante a discussão do grupo focal, os participantes também avaliaram em que medida suas expectativas foram atendidas pelas ações implementadas pela Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial nos últimos dez anos.

Na opinião de Babi, é possível identificar alguns avanços. Em especial faz destaque aos Editais lançados pelo MINC e outras instituições públicas de cultura que são mais adequados à realidade e necessidade dos detentores dos bens imateriais, e que evidenciam um progresso na democratização do acesso aos mecanismos de seleção de financiamento público.

Por outro lado, a jovem avalia “que tem mais pra ser feito. Tem mais, bem mais. Acho que tem que ter mais um pouco de força de vontade da parte deles de ajudar, deles que eu falo dos governos. Em ir nas comunidades, procurar saber o que precisa, sabe? Eu acho que foi bom, foi. Mas não 100%”.

Nesta mesma linha, Dedê considera que “Não foi aquele negócio que todo mundo esperava “né”? Porque a gente continua batalhando por aquilo que, foi tombado uma coisa e que não valoriza....”

Destaca-se no depoimento de Dedê o uso do termo “tombamento” para designar a forma de tutela do Estado aos bens culturais imateriais patrimonializados. Evidencia-se, com isso, o modo como a política de preservação do patrimônio cultural brasileiro promovida pelo IPHAN tem sido difundida e apropriada pela sociedade civil, na qual ainda prevalecem conceitos historicamente associados à preservação do conjunto de bens móveis e imóveis.

Com o objetivo de identificar de que modo os jogadores de Pinheiral percebem a Política de Patrimônio Imaterial e a atuação do IPHAN, indagou-se a respeito das ações diretas e/ ou indiretas que observam em sua realidade social.

Os participantes do grupo focal não identificaram nenhuma ação ou iniciativa que pudessem associar à política em foco ou a instituição pública responsável por executá-la, apenas rememoraram uma visita feita há anos atrás de alguns representantes do IPHAN no Ponto de Cultura.

Mas ponderaram que, como é a coordenadora Fatinha que os representa em reuniões e encontros das lideranças jongueiras, não podem afirmar com veemência que tipo de relação que o Jongo de Pinheiral estabelece com o IPHAN, embora esta relação não seja visível para eles.

Fatinha, por sua vez, durante entrevista avaliou que a Política de Patrimônio Imaterial não tem gerado para os grupos de jongo benefícios financeiros e materiais para o suporte das ações de salvaguarda que desenvolvem. Tão pouco, tem promovido articulação institucional com os poderes públicos locais para que a política de patrimônio se estabeleça e consolide, sensibilizando-os a respeito das questões sociais que envolvem a salvaguarda do bem registrado.

Ressalta-se, ainda, em seu depoimento, o papel dos detentores do saber para a salvaguarda do jongo, que sempre foi feita com muito esforço e perseverança pelos jongueiros e jongueiras.

O reconhecimento do jongo como patrimônio por parte do grupo de jongo de Pinheiral, de seu poder de resistência e de articulação, e a compreensão de que são sujeitos nos esforços de construção da política pública de patrimônio imaterial estão presentes em toda a discussão relatada durante a realização do grupo focal.

Chama atenção o fato dos jongueiros ouvidos pela pesquisa não relacionarem em seus depoimentos as ações implementadas pelo Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu à Política de Patrimônio Imaterial, ou mesmo, à figura do IPHAN.

Embora pareçam reconhecer as contribuições e benefícios gerados a partir da relação estabelecida com o Pontão, aparentemente, o dissociam da política e das instituições que viabilizam financeiramente sua existência, MinC e sua vinculada IPHAN.

Podemos atribuir esta questão observada à peculiaridade do modo como a Política de Salvaguarda do Jongo tem sido implementada, na qual a Universidade atua como mediadora da relação entre o IPHAN e as comunidades jongueiras.

O que significa dizer que o ponto de contato do grupo de Pinheiral com a Política em questão se estabelece a partir dos membros que compõem a equipe do Pontão, e não com os representantes institucionais do IPHAN, salvo situações esporádicas e os casos de encontros em reuniões de articulação e eventos com a presença das lideranças jongueiras.

Observa-se na experiência do grupo focal que a construção desta política apresenta avanços e impasses e coloca para os envolvidos o desafio do diálogo.

Para a efetividade das ações implementadas por políticas e programas governamentais voltadas para o patrimônio imaterial, é imprescindível que o Estado brasileiro, por meio de suas instituições (re) conheçam as práticas e seus praticantes, identificando quem são essas pessoas, de que modo vivem e, sobretudo, a compreensão sobre quais os sentidos e as estratégias criadas para a (re) construção de suas identidades sociais – negros/as e jongueiros/as, - e sobre a manutenção de suas práticas culturais ao longo do tempo.

Afinal, o Jongo antes de ser patrimônio da nação, sempre foi patrimônio dos jongueiros e jongueiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - MAS AFINAL, O QUE MUDOU?

Nas últimas décadas, um conjunto de ações, projetos e programas trouxeram para a arena das políticas culturais novos temas, a instauração de novas hierarquias valorativas e a emergência de distintos significados em torno das concepções de cultura, memória e patrimônio nacional.

Alguns marcos legais instituídos, a partir dos anos de 1980 impactam o cenário nacional e internacional com ações e propostas de regulamentação, normatização e definição da categoria *cultura*, que assume como fundamento e finalidade a promoção da diversidade cultural dos povos. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico dos países.

Neste contexto, os apelos em nome da diversidade cultural e das múltiplas identidades que compõem a nação brasileira ganham força e impulso para a construção de políticas públicas voltadas para a ressemantização e ressignificação das expressões culturais no Brasil.

Em 2000, a publicação do Decreto 3.551, produz uma substancial mudança na maneira de pensar o conceito de patrimônio cultural. O dispositivo instituiu o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* que constituem o patrimônio cultural brasileiro e criou *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial*.

Essa iniciativa tem alcance muito mais amplo do que a mera atualização das políticas de patrimônio em relação aos avanços da história e da antropologia e, em certa medida, da estética e da história da arte.

Significa uma oportunidade de colocar as políticas públicas de patrimônio, realmente, a serviço de todos os grupos formadores da sociedade brasileira, numa consciência maior da interface das políticas culturais com as agendas sociais, econômicas, ambiental, e numa atenção maior à dimensão simbólica do processo de construção dos patrimônios culturais nacionais.

Esta escolha remete à temas tão complexos e sensíveis, em nosso país, como a exclusão/ inclusão da memória de alguns segmentos sociais, notadamente de matriz cultural africana e indígena, o significado do preceito institucional dos “direitos culturais”, e a tão controversa questão da identidade nacional. (FONSECA, 2001:6)

A criação do *Programa Cultura Viva* e de sua ação prioritária, os *Pontos de Cultura*, promovido pelo Ministério da Cultura, em sua concepção, ao potencializar, com recursos, iniciativas e organizações culturais já existentes no país, tem contribuído para a ampliação do acesso à produção e fruição cultural em todo o território nacional, constituindo-se como um potencial instrumento de proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural brasileira.

Nesta perspectiva, o Programa Cultura Viva tem se mostrado um importante aliado da Política de Patrimônio Imaterial. Ao voltar-se prioritariamente para os grupos, comunidades, populações e manifestações culturais historicamente excluídas das políticas culturais, tem contribuído de forma substancial para o reconhecimento, articulação e fortalecimento de ações de transmissão de saberes e de iniciativas de salvaguarda, sobretudo no que tange ao apoio das condições materiais de existência de bens culturais imateriais.

Ao final do ano de 2007, com o objetivo de ampliar os recursos para a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens registrados, o IPHAN estabeleceu oficialmente a parceria institucional com o Programa Cultura Viva/ MINC para a implantação de Pontões de Cultura de Bens Registrados. O que viabilizou uma mudança no quadro do IPHAN, que à época contava com recursos extremamente limitados para a salvaguarda do patrimônio imaterial em geral, e, em particular, do Jongo no Sudeste, que desde o ano de 2005, fora reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil, por meio de sua inscrição no Livro de Formas e Expressões. (MONTEIRO, 2011:12)

A partir desta articulação, no ano de 2008 o Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu foi criado como o objetivo de implementar políticas públicas de salvaguarda para o Jongo no Sudeste, por meio da parceria firmada entre o IPHAN, a Universidade Federal Fluminense e as comunidades jogueiras do Sudeste.

Por estes fatores e contextos, pode-se afirmar que nos últimos dez anos, de forma processual e participativa, um conjunto de iniciativas e ações de salvaguarda tem sido implementadas para o universo cultural do Jongo no Sudeste, com vistas a garantir boas condições sociais e materiais de produção e reprodução do patrimônio reconhecido.

Ao longo deste trabalho buscou-se refletir conjuntamente com os jogueiros e jogueiras de Pinheiral sobre a política de patrimônio imaterial implementadas para o

Jongo no Sudeste, com o objetivo de identificar e compreender suas percepções, significados, expectativas e demandas em torno da política em foco.

Por meio da experiência do grupo focal e da entrevista com as coordenadoras foi possível estabelecer um diálogo profícuo que apontou algumas questões relevantes para posterior aprofundamento do estudo sobre o impacto do processo de patrimonialização do Jongo.

Observa-se que há diferentes formas de apropriação da política de patrimônio, mas não se pode negar que ela tem provocado mudanças na realidade do Jongo de Pinheiral, sobretudo, no que refere às relações que estabelecem entre a sua realidade local e a sua articulação regional e nacional, e sobre as relações estabelecidas com o próprio IPHAN e o Ministério da Cultura.

Sem esquecer dos ganhos políticos associados à visibilidade desencadeada pelo processo de patrimonialização do jongo e as possibilidades de maior circulação e mobilidade dos jongueiros.

Estas mudanças se mostram maiores ou menores, de acordo com as diferentes articulações que o grupo faz com outras políticas de caráter valorizativo e afirmativo como a de reconhecimento das terras dos quilombos, como a políticas de cotas para negros nas universidades, e a Lei 11.645/2008, etc. Neste sentido, a política constitui-se como possibilidade de afirmação e valorização de sua identidade negra e de combate ao racismo.

Todavia, em acordo com a avaliação dos jongueiros de Pinheiral, ainda há muito a ser feito. São poucas as ações identificadas que reflitam sobre os demais aspectos da vida social dos detentores do saber do jongo. Demais ações que são essenciais para a boa condição de vida dos jongueiros e jongueiras, como saúde, acesso à moradia, educação dentre outros direitos sociais.

Pensar isoladamente o fazer cultural, a expressão artística, não o conjugando com o contexto e aos sujeitos sociais a que pertencem, faz com que projetos, programas e leis destinados à preservação destas manifestações culturais não tenham o devido êxito.

Quando estamos diante de uma manifestação cultural afro-brasileira, como é o caso do jongo, evidencia-se ainda a problemática das desigualdades existentes entre negros (as) e brancos (as) que ainda persistem em nossa sociedade.

A política de salvaguarda do patrimônio imaterial deve, neste sentido, contribuir para a efetiva melhoria das condições sociais e materiais de produção e

reprodução da prática cultural, e garantir que seus praticantes – majoritariamente negros (as) - continuem fazendo o jongo de forma digna e de terem acesso e participação na vida social mais ampla.

Por fim, conclui-se que a problematização das contradições existentes na salvaguarda de um patrimônio cultural de matriz africana, reconhecido pelo Estado como patrimônio cultural do Brasil, aponta desafios a serem enfrentados pela sociedade e pelo Estado para que ele seja efetivamente reconhecido, tratado e valorizado como “patrimônio”, e para que, de fato, seja assegurada uma política pública que garanta direitos sociais e culturais a seus detentores.

Espera-se, com a reflexão conjunta em torno da Política de Patrimônio Imaterial para o Jongo no Sudeste apresentado neste trabalho, uma contribuição para o debate com base em uma experiência concreta de política de salvaguarda em andamento.

Mais do que isso, espera-se que a experiência do grupo focal apresentada tenha colocado em evidência a necessidade de se *tomar como referência o ponto de vista do outro*, de concebê-lo como sujeito de suas ações, em suas diversas posições e apropriações na construção da política pública de salvaguarda do patrimônio imaterial. Se o que se pretende é a construção e consolidação dessa política talvez este seja um pressuposto para qualquer ação ou iniciativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.C. **Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional**. In: Abreu; Soihet, Rachel; Gontijo, Rebeca. (Org). *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira e Faperj, 2007, v., p.351-370

ABREU, Martha. **Cultura Popular, um conceito e várias histórias**, In ABREU, Martha e SOITHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. **Jongo. Registro de uma história**. IN:Lara, Silvia Hunold e PACHECO, Gustavo. *Memória do Jongo. As gravações históricas de Stanley Stein*. Rio de Janeiro, Folha Seca, Campinas, SP: CECULT, 2007

_____. **Pelos Caminhos do Jongo: História, Memória e Patrimônio**. Niterói: UFF. Neami, 2008

_____. **Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação**. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Mário. **Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional**. In. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 30, 2002, p. 271-287

ARANTES, Antonio Augusto. **Patrimônio imaterial e referências culturais**. *Revista Tempo Brasileiro*. n. 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2001

_____. **O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda.** RESGATE. Revista de Cultura. Campinas: CMU/ Unicamp, nº 13, 2004

BITTENCOURT, José. **Invenção do passado: ascensos e descensos da política de preservação do patrimônio cultural.** In. MENEZES, Léna Medeiros et all. (org). Olhares sobre o político. Novos ângulos, novas perspectivas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p.191-210.

BREVES, Padre Reynado. **Sant' ana do Pirai e sua História.** Diadorim Editora Ltda, 1994;

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais.** Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CNFCP/ Plano de Salvaguarda do Jongo/ **Relatório da primeira reunião com as lideranças e comunidades jogueiras.** Rio de Janeiro, 2006

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, 2007, vol.12, n.23

FALCÃO, A. **Plano de Salvaguarda do Jongo – Relatório da 1ª Reunião com as comunidades e lideranças jogueiras,** Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/ CNFCP/ IPHAN, novembro de 2006 (mimeo).

FALCÃO, Joaquim de A. **Política Cultural e Democracia: A preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** In: MICELI, Sérgio (org). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984, p. 21-39.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80.** In: REVISTA DO PATRIMÔNIO, nº 24, Cidadania, 1996.

_____. **Introdução.** Revista Tempo Brasileiro, n. 147. Rio de Janeiro. 2001, p. 5-9.

_____. **Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio.** In: O Registro do patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4 ed, 2006.p.85-95.

_____. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

_____. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural.** In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Orgs.) Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 56-76.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GATTI, B. A. **Grupo focal nas pesquisas em ciências sociais e humanas.** Brasília:Líber Livro, 2005

GODIM, S. M. G. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** Paidéia , 2002,149-161

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/IPHAN, 1996

_____. **Patrimônio como categoria de pensamento.** In: ABREU, CHAGAS (org.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.25-33

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

HEYMANN, Luciana. **O “devoir de mémoires” na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro.; CPDOC, 2006

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000

_____. **Dossiê 5 - Jongo no Sudeste.** Brasília, DF: Iphan, 2007

IPHAN/ DPI. **Orientações para implementação da política, sistematização de informações, monitoramento da gestão avaliação de resultados da salvaguarda de bens registrados.** Brasília: 2011

MAGALHÃES, Aloísio. **Bens Culturais: instrumentos para um desenvolvimento harmonioso.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 20. Rio de Janeiro: FNpM, 1984.

MATA, Roberto. **Revitalizando.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MINC/ IPHAN. **O Registro do patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial.** Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4 ed, 2006.

MINC/ SID. **Plano Setorial para as Culturas Populares.** Brasília, 2010

MONTEIRO, Elaine e SACRAMENTO, Mônica. **Pontão de Cultura de Bem Registrado e Salvaguarda de Patrimônio Imaterial: a Experiência do Jongo no Sudeste.** Texto apresentado no Seminário Internacional de Políticas Culturais: teorias e práxis – 01 a 07 de Junho de 2010. Rio de Janeiro – Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em <http://www.pontaojongo.uff.br>

MONTEIRO, Elaine. **Não se faz Jongo sozinho ou O papel articulador do Jongo e a salvaguarda de um Patrimônio Imaterial: A experiência do Jongo no Sudeste.** Trabalho apresentado no VII Encontro de estudos multidisciplinares em

cultura - ENECULT - 03 a 5 de agosto de 2011. Salvador. Disponível em <http://www.pontaojongo.uff.br>

MONTEIRO, Elaine. **Balanço provisório do processo de patrimonialização no campo do Patrimônio Imaterial no Brasil: a experiência do jongo no sudeste.** Trabalho apresentado XI Encontro Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – CONLAB – 07 a 10 de agosto de 2011. Salvador. Disponível em <http://www.pontaojongo.uff.br>

MORAES, Eduardo Jardim. **Modernismo revisado.** Estudos Históricos. Identidade Nacional, v.2, n.1, 1988, p. 220-238.

MORGAN, D. **Focus group as qualitative research.** Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications, 1997

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário.** São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. **Inventário e patrimônio cultural no Brasil.** História. São Paulo. V.26, n.2, 2007, p.257-268.

_____. **Diversidades e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional.** In Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.233-255, jul. 2008.

NOVAES, Regina e RIBEIRO, Eliane. **Grupos focais, considerações sobre usos, alcances e limites de uma técnica de pesquisa.** 2008

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2006

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Vértice, v. 2, n. 3, 1989.

_____. **Memória e identidade social.** In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

SANT'ANNA, Márcia. **Patrimônio Imaterial: do conceito ao problema da proteção.** In. Revista Tempo Brasileiro, nº 147 , Rio de Janeiro, out-Dez. 2001

_____. **A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização.** In. ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (org). Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

_____. **Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** In: Série Encontros e Estudos nº 6 - Registro e políticas de salvaguarda para culturas populares. FALCÃO, Andréia (Org). 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2008, p.7-13

SANTOS, JT. **O poder da cultura e a cultura do poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2005

SKIDMORE, Tomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VEIGA, L. & GODIM, S.M.G. **A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político.** Opinião Pública. 2(1), 1-15, 2011

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito.** Mana, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, Apr. 2006.

VILHENA, Luiz Rodolfo. **Projeto e missão. O movimento Folclórico brasileiro 1947-1964.** Rio de Janeiro, Funarte/ FGV, 1997

Documentos consultados

Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000

Documento Carta de Fortaleza

Documento Certidão – Jongo no Sudeste, IPHAN, 2005

Documento Parecer nº 001/GI/DPI/Ipphan - Registro do Jongo no Livro de Registro Formas de Expressão do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial.

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste, 2011

Atas das reuniões do Grupo Jongo de Pinheiral (Do ano 2.000 a 2014)

Entrevista com as coordenadoras do Jongo de Pinheiral, 2014

Grupo focal com os integrantes do Jongo de Pinheiral, 2014

ANEXOS

ANEXO I - Roteiro de coleta de dados da pesquisa documental das atas das reuniões do grupo Jongo de Pinheiral

Roteiro de Coleta de Dados		
Data da Reunião:		
Local de Realização:		
Nº de participantes:		
Nº de Jovens participantes:		
Temas abordados <input type="checkbox"/> Operacional <input type="checkbox"/> Conceitual <input type="checkbox"/> Divulgação e participação em eventos		
Tipo de Ação	Atividades	Observações
Articulação institucional e política integrada	<input type="checkbox"/> Participação em Reuniões e Encontros de Rede	Qual?
	<input type="checkbox"/> Estabelecimento de Parcerias (projetos integrados e articulados com outras instituições e/ou agentes externos)	Com que?
Transmissão de Saberes	<input type="checkbox"/> Oficinas	Local: _____ Nº participantes: _____ ; Público Alvo: _____
	<input type="checkbox"/> Aulas	Local: _____ Nº participantes: _____ ; Público Alvo: _____
	<input type="checkbox"/> Seminários	Local: _____ Nº participantes: _____ ; Público Alvo: _____
	<input type="checkbox"/> Palestras	Local: _____ Nº participantes: _____ ; Público Alvo: _____
Ocupação, aproveitamento e adequação do espaço físico	<input type="checkbox"/> Aquisição de terreno ou imóvel	O que foi feito? Fonte de Recurso: <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiamento Público <input type="checkbox"/> Financiamento Privado
	<input type="checkbox"/> Obras de construção e reforma	O que foi feito? Fonte de Recurso: <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiamento Público <input type="checkbox"/> Financiamento Privado
	<input type="checkbox"/> Aquisição de mobiliário, equipamentos e utensílios	O que foi adquirido? Fonte de Recurso: <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiamento Público <input type="checkbox"/> Financiamento Privado
Apoio as condições materiais de produção	<input type="checkbox"/> Compra/cofeção de instrumento	Fonte de Recurso: <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiamento Público <input type="checkbox"/> Financiamento Privado
	<input type="checkbox"/> Compra/cofeção de vestimenta	Fonte de Recurso: <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiamento Público <input type="checkbox"/> Financiamento Privado
Geração de Renda e ampliação de mercado	<input type="checkbox"/> Instalação de pontos de venda de produtos	
Pesquisa, mapeamento e inventários participativos (com inclusão da comunidade)	<input type="checkbox"/> Elaboração e execução de planos de pesquisa e mapeamento	Teve parceria? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não; Instituição parceira: _____
	<input type="checkbox"/> Documentação e difusão do Jongo (documentação textual ou audio visual)	Teve parceria? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não; Instituição parceira: _____
Edição, publicação e difusão	<input type="checkbox"/> Treinamento de detentores em métodos de pesquisa	Teve parceria? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não; Instituição parceira: _____
	<input type="checkbox"/> Sites	Teve parceria? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não; Instituição parceira: _____ Fonte de Recurso: <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiamento Público <input type="checkbox"/> Financiamento Privado
	<input type="checkbox"/> Livros (material didático)	Teve parceria? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não; Instituição parceira: _____ Fonte de Recurso: <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiamento Público <input type="checkbox"/> Financiamento Privado
	<input type="checkbox"/> CD, DVD's	Teve parceria? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não; Instituição parceira: _____ Fonte de Recurso: <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiamento Público <input type="checkbox"/> Financiamento Privado
	<input type="checkbox"/> Filmes	Teve parceria? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não; Instituição parceira: _____ Fonte de Recurso: <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiamento Público <input type="checkbox"/> Financiamento Privado
	<input type="checkbox"/> Exposições	Teve parceria? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não; Instituição parceira: _____ Fonte de Recurso: <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiamento Público <input type="checkbox"/> Financiamento Privado
	<input type="checkbox"/> Participação em eventos, inauguração e apresentação	Nº de eventos: _____ Parceria? _____
Constituição, conservação e disponibilização de acervo	<input type="checkbox"/> Realização de eventos	Nº de eventos: _____ ; Parceria? _____
	<input type="checkbox"/> Aquisição, tratamento e conservação de acervo	Nº de títulos: _____
	<input type="checkbox"/> Campanhas de doação de acervo	Nº de títulos: _____
	<input type="checkbox"/> Aquisição de insumos de documentação	
Ação educativa	<input type="checkbox"/> Produção e edição de catálogo de divulgação	
	<input type="checkbox"/> Oficinas	Local: _____ Nº participantes: _____ ; Público Alvo: _____
	<input type="checkbox"/> Aulas	Local: _____ Nº participantes: _____ ; Público Alvo: _____
	<input type="checkbox"/> Seminários	Local: _____ Nº participantes: _____ ; Público Alvo: _____
	<input type="checkbox"/> Palestras	Local: _____ Nº participantes: _____ ; Público Alvo: _____
	<input type="checkbox"/> Visitas Guiadas	Local: _____ Nº participantes: _____ ; Público Alvo: _____
	<input type="checkbox"/> Roda de Jongo	Local: _____ Nº participantes: _____ ; Público Alvo: _____
Atenção a propriedade intelectual e direitos coletivos	<input type="checkbox"/> Participação em Encontros, seminários e palestras sobre o tema	Local: _____ ; Instituição _____
	<input type="checkbox"/> Registro de Marca	
Edital, Prêmios e Concursos	<input type="checkbox"/> Contratos de autorização de imagem e etc	
	<input type="checkbox"/> Participação em Editais (submissão)	Qual?
	<input type="checkbox"/> Projetos Premiados ou selecionados	Qual? Valor

ANEXO II – Roteiro Grupo Focal

1) Memória do Jongo

- a) Qual a sua primeira lembrança com o Jongo? Você sabe dizer qual e como foi a primeira vez que você viu o Jongo ou que participou de uma roda de jongo?
- b) O que você sabe sobre a história do Jongo na região de Pinheiral?
- c) Em sua opinião, quais as pessoas de referência para o jongo na região de Pinheiral?
- d) Que acontecimentos que você considera marcante na história do grupo.
- e) Se alguém quisesse falar sobre o Jongo em Pinheiral, o que não poderia deixar de falar?

2) Dinâmicas de organização e manutenção do grupo

- a) Falem um pouco sobre a forma como o grupo se organiza. Dentro da dinâmica de organização do grupo, como se dá a divisão de tarefas entre vocês?
- b) Como fazem para manter e desenvolver as atividades do grupo? Que estratégias utilizam para obtenção de recursos?
- c) Dentre as atividades que o grupo desenvolve qual(quais) você destaca como sendo importante(s) para a preservação do jongo?
- d) Havia/ Há problemas/ dificuldades em relação à permanência dos integrantes no grupo? Quais? Como fazem para mobilizar novos participantes?
- e) Como vocês vêem a participação dos jovens no grupo de Pinheiral?
- f) Sabemos que ser jongueiro não é fácil. Quais são os principais obstáculos que vocês encontram para a prática do jongo?

- g) E quais são os aspectos que as mantêm na prática do jongo, apesar de tudo?
- h) O que representa, para sua experiência pessoal, fazer parte deste grupo?

3)O Jongo de Pinheiral e seus interlocutores

- a) Vocês participam de espaços de debate e construção das políticas públicas voltadas para cultura, como conferências, reuniões de Rede, Encontros e etc... Quais?
- b) Como é a relação do grupo de Pinheiral com os jogueiros de outros lugares/ cidades? Com quais grupos vocês têm mais proximidade? Com quem/ Quais estabelecem redes? Vocês se freqüentam?
- c) Quais outros grupos/ instituições (governamentais, não governamentais, públicas ou privadas) são colaboradores do Jongo de Pinheiral? De que forma eles colaboram com o grupo?
- d) Fale sobre a relação da comunidade de Pinheiral com o Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu?
- e) Como as pessoas da cidade vêem o Jongo e os jogueiros?
- f) Como vocês avaliam a ação do poder público local para o jongo e os jogueiros? Quais são os pontos fortes? Quais são as dificuldades?
- g) Dentre as parcerias que o grupo já estabeleceu, quais vocês destacariam como mais importantes pro trabalho desenvolvido pela comunidade na preservação do jongo?

4)O Registro e a Política de Salvaguarda do Jongo

- a) Que políticas/ iniciativas foram implementadas neste período (últimos 15 anos) de modo a incentivar/ colaborar com a atuação do grupo?
- b) Vocês acham que alguma coisa mudou em relação às possibilidades de articulação e ações do grupo nos últimos anos? Destaque o que mudou/ permaneceu. Por que?

- c) O Jongo foi registrado como patrimônio imaterial do Brasil. O que isto representa/ significa pra você?
- d) Qual a importância você acredita que este registro tem pro país/ Brasil?
- e) O que você esperava/ espera que aconteça após este título (após estes dez anos de registro) como patrimônio do Brasil?
- f) Você acredita que isso tenha acontecido?
- g) Você consegue identificar alguma ação direta ou indireta da política de patrimônio no Jongo de Pinheiral?

5)O futuro do Jongo

- a) Imagine-se daqui a dez anos. Como você gostaria que estivesse o jongo e o grupo?

ANEXO 3 – Fotos da Casa do Jongo

Fonte: Acervo do Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu⁴³

3.1 Placa fixada na entrada principal da Casa do Jongo



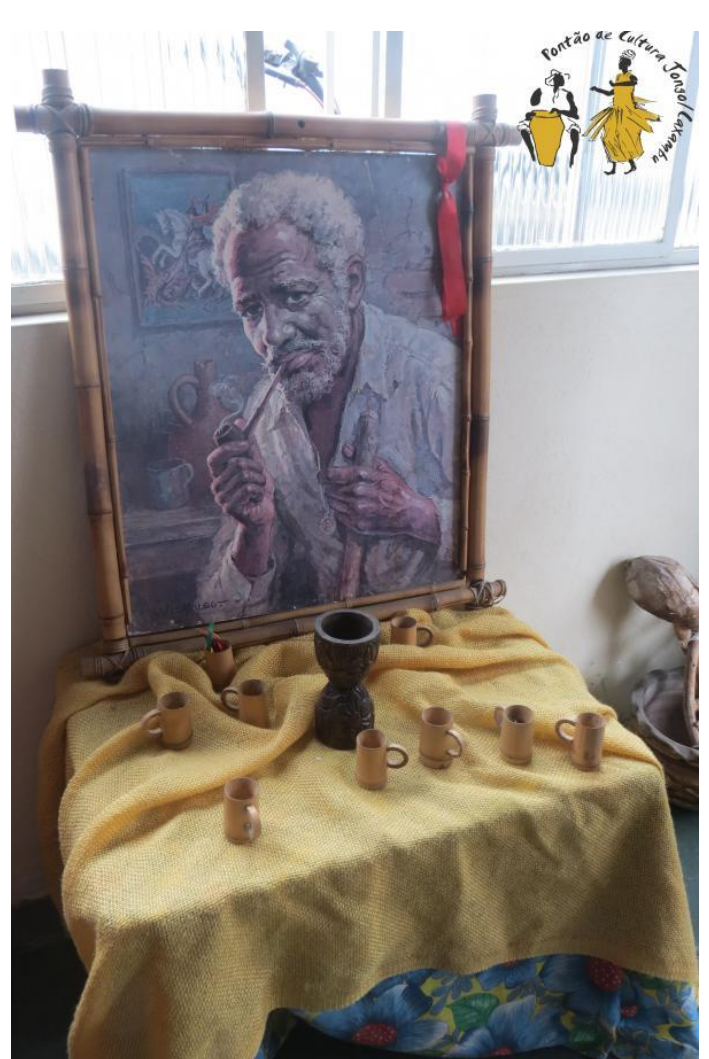
3.2 Estandarte e tambores do Jongo de Pinheiral localizados na sala principal da Casa do Jongo



⁴³ Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br>



3.4 e 3.5 Altar dedicado aos Santos (as) católicos e Entidades afro- brasileiras localizado na sala principal da Casa do Jongo



3.6 Banner em homenagem ao Mestre Cabiúna e ao Dua Municipal do Jongo de Pinheiral fixado na sala principal da Casa do Jongo



3.7 Espaço da Biblioteca da Casa do Jongo



ANEXO 4- Fotos dos produtos resultantes dos projetos contemplados no Edital de Interações Estéticas/ FUNARTE

4.1 - Foto Mapa- Jogo Vale do Café produzido em parceria com o Lúdico da Rocinha



Fonte: Acervo do Ponto de Cultura Centro Lúdico, 2009⁴⁴

4.2- Foto Varal de Pano produzido pelo Jongo de Pinheiral em parceria com a artista Carolina Figueiredo



Fonte: Acervo do Pontão de Cultura do Jongo/ Caxambu⁴⁵

⁴⁴ Disponível em <http://www.centroludicorocinha.org.br>

⁴⁵ Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MONOGRAFIA

Niterói, 12/12/2014

Eu, **MARIANA DE SOUZA NERY**, CPF 124.746.867-46 formando(a) do curso de graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, autorizo a divulgação do conteúdo da monografia (texto integral e/ou fragmentos, respeitada a autoria) intitulada “**DIÁLOGOS JONGUEIROS- UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO CONJUNTA EM TORNO DA POLÍTICA DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NO JONGO DE PINHEIRAL-RJ**”, defendida nesta data, em bibliotecas e sítios de divulgação de resultados científicos e acadêmicos. Para tal, comprometo-me a entregar a presente monografia em versão digital, em PDF.



MARIANA DE SOUZA NERY